

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Ensino com autonomia e responsabilização e menos ingerência do poder central



Destaques:

Actividades do Presidente

Pag. 2 e seguintes

Actividades de estruturas e autarquias PSD

No interior

Mario David medeia confrontação política na Ucrânia

Em "Parlamento Europeu"

O Presidente e a Direcção Nacional pronunciam-se sobre o “caso” da U. Independente

Sobre a decisão do Governo em encerrar a Universidade Independente, o PSD emitiu o seguinte comunicado:

«Era a única decisão possível e obrigatória.

O caso da Independente transformou-se num escândalo e num caso de polícia. Afecta a Instituição, os seus estudantes e a imagem do ensino superior.

Espera-se agora que o Governo seja rápido a tratar da colocação dos estudantes noutros estabelecimentos de ensino, como lhe compete. Os estudantes não têm a culpa da situação a que chegou a Universidade Independente.» - PSD

Declarações de Marques Mendes

Dois dias depois de publicada esta declaração, o nosso Presidente, no final de uma reunião com o presidente da Associação Comercial do Porto, Rui Moreira, foi abordado pelos órgãos de comunicação, sobre o assunto, tendo na altura feito declarações, nas quais defendeu novamente o encerramento “definitivo” da Universidade Independente, por considerar que os acontecimentos recentes transformaram a instituição num “caso de polícia”.

“A decisão de fechar a Universidade Independente era quase inevitável.

“Transformou-se nos últimos tempos num caso de polícia. O que espero do Governo é que não volte atrás e que seja rápido a encontrar soluções para os alunos”, afirmou.

Para o presidente social-democrata, os alunos da Universidade Independente “não têm culpa da situação e precisam de ter os seus interesses acautelados, com a transferência para outros estabelecimentos de ensino”.

Marques Mendes considerou a polémica em torno da licenciatura obtida em 1996 por José Sócrates na Universidade Independente uma “questão distinta, embora ligada”, dos problemas que afectam a gestão do estabelecimento.

“O PSD foi o primeiro partido a pedir esclarecimentos sobre esta matéria. “Aguardamos esses esclarecimentos. O primeiro-ministro resolveu só os dar hoje.

“Talvez fosse razoável ter dado

mais cedo e, por isso, pronunciar-nos depois “dos esclarecimentos”, disse.

Marques Mendes afirmou não ter elementos sobre a qualidade que a Universidade Independente teria em 1996, ano em que foi professor neste estabelecimento durante três meses, por ter sido um período de docência “curtíssimo” e não ter exercido funções de gestão ou administração.

“Não fui gestor nem administrador, não tive nenhum cargo especial. Foi um período de tempo curtíssimo”, referiu, salientando que o ministro do Ensino Superior, Mariano Gago, disse segunda-feira que “até há pouco tempo a Universidade Independente funcionava bem”. - Fonte: Lusa

Marques Mendes comenta entrevista de Sócrates

O líder do PSD considerou que a explicações do primeiro-ministro acerca do seu percurso académico foram “muito pouco esclarecedores” e sugeriu a José Sócrates que peça uma investigação sobre todo o processo a uma entidade independente.

“A legitimidade de um primeiro-ministro vem dos votos, não dos títulos académicos. Mas, utilizar um título que não se tem, fazer passar-se por aquilo que não se é, revela uma falha de carácter, mina a credibilidade e afecta a sua autoridade”, afirmou o líder do PSD, Luís Marques Mendes, numa conferência de imprensa na sede do partido, cerca de meia hora depois do fim da entrevista a José Sócrates.

A entrevista que o primeiro-ministro deu hoje à RTP e à RDP, que se prolongou por cerca de 90 minutos, centrou-se nos esclarecimentos sobre as dúvidas levantadas ao longo das três semanas sobre o seu percurso académico, esclarecimentos que Marques Mendes considerou terem sido insuficientes.

“Restam muitas dúvidas, o que é muito prejudicial no plano interno e no plano internacional”, sustentou Marques Mendes.

Para dissipar todas as dúvidas, Marques Mendes afirmou haver uma única solução, sugerindo a José Sócrates que solicite uma investigação a uma entidade independente, não tutelada pelo Governo.

“Só há uma solução: que o



primeiro-ministro tome a iniciativa de pedir a uma entidade independente, não tutelada pelo Governo, uma investigação”, adiantou, salientando que “quem não deve, não teme”.

Questionado sobre que tipo de entidade é que se estava a referir, o líder social-democrata escusou-se a especificar, argumentando que não lhe cabe a si “concretizar”.

“É fácil encontrar uma entidade assim, mas não me cabe a mim concretizar”, disse, afastando, contudo, a hipótese dessa investigação ser da responsabilidade de entidades como a Direcção-Geral do Ensino Superior ou a Inspeção-Geral do Ensino Superior, porque se tratam de entidades tuteladas pelo Estado.

Relativamente às dúvidas que, em seu entender, continuam a persistir sobre o percurso académico do primeiro-ministro, Marques Mendes

apontou três grandes questões, começando por falar das “dúvidas” que existiam sobre se José Sócrates tinha tido um “tratamento de favor” quando obteve a licenciatura em engenharia civil na Universidade Independente.

“Instalou-se essa suspeita”, sustentou, considerando que as explicações de José Sócrates, que na entrevista à RTP e RDP negou ter sido objecto de qualquer tratamento de favor, “não dissiparam dúvidas”.

“Há muitas perguntas por responder, muitos factos por clarificar”, disse Marques Mendes, questionando sobre se estará ao alcance de qualquer estudante obter um regime de equivalências sem apresentar previamente o certificado de habilitações passado pelo estabelecimento de ensino onde estava matriculado.



“Mas, para o primeiro-ministro é tudo normal, tudo não passa de uma campanha”, ironizou.

A utilização do título de engenheiro quando José Sócrates ainda não tinha concluído a licenciatura, nomeadamente quando tomou posse como secretário de Estado, foi das questões levantadas por Marques Mendes, que acusou o chefe do Governo de “utilizar um título que não tem”.

As “pressões sobre a comunicação” foram igualmente apontadas por Marques Mendes como uma das questões onde restam dúvidas.

“Não deu nenhuma explicação minimamente convincente”, afirmou.

Questionado sobre se José Sócrates deve ir ao Parlamento prestar mais esclarecimentos acerca do seu percurso académico, Marques Mendes escusou-se a responder, sublinhando, contudo, que o PSD não quer fazer desta polémica “uma questão partidária”.

Marques Mendes classificou ainda como “muito séria e delicada” a situação hoje noticiada da existência de dois registos biográficos do deputado socialista José Sócrates, de 1992 (referentes à VI Legislatura da Assembleia da República), com possuem informações diferentes relativamente às suas habilitações literárias.

“Alguém tem de dar explicações. Ou o primeiro-ministro ou a Assembleia da República vão ter que explicar a sério o que se passou. Não acho sério haver dois ou três impressos preenchidos pela mesma pessoa, na mesma ocasião e com habilitações diferentes”, sublinhou. – **Fonte: Gab. Imp. PSD; Ag.ª. Lusa**

Marques Mendes acusa o governo de politizar a distribuição dos fundos comunitários

Marques Mendes acusou sexta-feira o governo de “politizar” a distribuição dos fundos comunitários através do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), ao centralizar nos ministros as decisões.

No encerramento de um seminário sobre o QREN, na Associação Empresarial de Águeda, promovido pela distrital de Aveiro do PSD, Marques Mendes criticou o modelo de gestão escolhido, considerando-o “o mais centralista de todos os quadros comunitários de apoio”.

“Tem uma forte concentração do poder decisório nos ministros, pondo de lado o que devia ser a intervenção privilegiada de parceiros como as autarquias e os empresários. Na



prática, vai dar um exercício de politização ou partidarização (na distribuição das verbas)”, criticou.

A principal falha que apontou foi a falta de “um grande objectivo nacional, calendarizado e quantificado”.

“Não está definido qual o Produto Interno Bruto(PIB) a alcançar até 2013 para se poder monitorizar. Não estão definidos nem quantificados os objectivos e é tudo feito à “la carte”, do tipo navegação à vista”, censurou.

Marques Mendes lamentou que “um dos instrumentos mais importantes que o País vai dispor nos próximos anos” para gerir “a última grande oportunidade de Portugal, em dimensão de fundos da União Europeia”, não tenha sido precedido de um amplo debate nacional.

“O País não bateu e não discutiu este programa, o que é mau, porque não conheço forma de mobilizar as pessoas sem participarem”, comentou, acusando o Governo de ter “feito tudo nos gabinetes, com algum secretismo, quando devia organizar iniciativas como a do PSD em Águeda”.

Para o líder do PSD, impunha-se ter feito uma análise ao que correu bem e ao que correu mal com os anteriores quadros comunitários de apoio, não encontrando explicação para tal não ter sido feito.

Acusou ainda o Governo de ter feito o País perder um ano com a aprovação tardia do QREN, porque “só no próximo ano se inicia a sua aplicação, quando o que era preciso era recuperar tempo”, face aos parceiros comunitários. – **Gab. Imp. PSD, c/ Lusa**

Líder do PSD quer menos influência de Lisboa no sistema de ensino

O líder do PSD, Luís Marques Mendes, defendeu em Coimbra, um sistema nacional de ensino com maior autonomia e responsabilização das escolas e menos influência do poder central na sua actividade.

“Temos de deixar ao Estado central o papel de regulação e de fiscalização, libertando a gestão do sistema para os pais, professores, autarquias e para a comunidade envolvente de cada escola”, disse hoje à tarde Marques Mendes, na sessão de abertura da I Jornada de Educação de Coimbra, promovida pela Comissão Política Concelhia.

O dirigente social-democrata considerou esgotado o actual sistema de ensino, em que “tudo é decidido pelo poder central, desde as disciplinas e os programas de cada escola”, passando pela colocação de professores e pessoal não docente, horários, procedimentos burocráticos e até a “forma de lidar com os casos de indisciplina e organização dos cacifos dos alunos”.

Marques Mendes apresentou cinco medidas de alteração ao nível do ensino pré-escolar, básico e secundário, propondo que os pais possam ser livres de escolher a escola dos seus filhos e a possibilidade de cada estabelecimento de ensino poder complementar uma componente obrigatória dos currícula e programas.

Por outro, o líder do PSD propôs que “cada escola possa escolher livremente o seu pessoal docente e não docente, com sistemas remuneratórios próprios e diferenciados”, além de poder gerir o seu calendário, os horários e as cargas lectivas da forma que achar mais adequada.

Defendeu ainda que cada escola disponha de autonomia financeira na gestão dos seus orçamentos e na concretização de parcerias externas.

Ao nível da gestão, Marques Mendes aposta no fim “da chamada gestão democrática das escolas”, na criação do cargo de director e de um órgão de decisão estratégico em cada escola composto por elementos da comunidade civil (pais, autarquias, empresas, associações e outros representantes”.

Nesta área, a proposta social-democrata consagra ainda a possibilidade “das parcerias público-privadas, podendo os parceiros ser, designadamente, instituições locais, autarquias ou associações de pais”.

Para que o Estado possa cumprir a sua missão de regulação e fiscalização, o presidente do PSD propõe a “criação de um Sistema Nacional de Avaliação das escolas públicas e privadas, a cargo de uma entidade independente com obrigatoriedade de publicitação anual de resultados”.

– **Fontes: Lusa, SIC-Notícias**

Defesa dos direitos constitucionais da Madeira na discussão de diplomas sobre incompatibilidades de exercício de cargos

Na segunda semana do mês, os deputados do Grupo Parlamentar do PSD foram confrontados, em plenário, com a discussão de diplomas apresentados pelo Bloco de esquerda e pelo PCP sobre incompatibilidade entre o exercício de determinados cargos políticos ou de serviço público e o desempenho de funções em áreas privadas.

Os diplomas apresentados estabeleciam a equiparação, para efeitos de aplicação da Lei, entre os deputados à Assembleia da República e os Deputados Regionais nas Assembleias Legislativas dos Açores e Madeira, em matéria de incompatibilidades e impedimentos.

O PSD considerou que esta legislação configurava uma inconstitucionalidade grosseira e um atentado às autonomias regionais, razões pelas quais os diplomas não deviam merecer a aprovação da Assembleia. A discussão foi dura e o Grupo Parlamentar esteve nela representado por intervenções de Montalvão Machado e Luís Montenegro, que pela sua oportunidade e clareza transcrevemos na íntegra.

Assim, Montalvão Machado, em relação ao projecto do BE, afirmou:

O Bloco de Esquerda e o PCP decidiram abrir hoje, aqui na Assembleia da República, a campanha eleitoral para a Região Autónoma da Madeira que culminará no próximo dia 6 de Maio, estou certo que com mais uma estrondosa vitória do POVO Madeirense.

Para o efeito, ressuscitam dois projectos de lei que sabem que são grosseiramente inconstitucionais, manifestamente violadores da autonomia regional e totalmente desrespeitadores da letra e do espírito do texto constitucional. Trata-se da tentativa de um golpe constituinte.

E o pior é que, segundo se lê nos jornais, os partidos proponentes contam já com o apoio da actual maioria socialista, como sempre pronta para espezinhar a autonomia regional e concretamente a autonomia na Região Autónoma da Madeira.

É importante lembrar que a norma constitucional que se pretende ferir letalmente, é uma norma que deriva de um consenso e que nasceu do aprofundamento da autonomia,



aprovado na revisão constitucional de 1982.

Foi a Comissão de Revisão Constitucional em 1982 (não só o PSD) que propôs ao plenário da Assembleia da República o texto que constitui hoje o n.º 7 do art.º 231º que prescreve que a definição do estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprios das regiões autónomas é competência dos respectivos estatutos político-administrativos, sujeito ao princípio de reserva da iniciativa das assembleias regionais.

E ainda bem que pude verificar esse histórico, pois que dessa comissão fazia parte, lucidamente como sempre, V.Exa. Senhor Presidente e Senhor Deputado Jaime Gama.

E essa proposta, no plenário desta câmara, que votação mereceu?

A aprovação por unanimidade.

E esta norma da nossa lei fundamental permaneceu incólume, sólida e consistente, ao longo de 25 anos, reforçando o respeito pela autonomia das regiões autónomas.

Mas é ainda indispensável recordar o que se passou nesta assembleia, em 1999, a propósito da revisão do estatuto político-administrativo da Região Autónoma da Madeira.

Aí se contemplaram regimes próprios de incompatibilidades e de

impedimentos para os deputados à respectiva assembleia legislativa, exactamente no uso dessa competência estatutária própria.

Nessa altura, nenhum grupo parlamentar achou que tal regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos estivesse errado.

Pelo contrário, a proposta de lei então apresentada foi aprovada, vejam bem, também por unanimidade, curiosamente estando presentes mais de 100 deputados socialistas, de entre os quais, estranha coincidência, tão ilustres deputados como Alberto Martins e José Junqueiro, hoje aqui presentes.

Estou certo que o Senhor deputado José Junqueiro, como sempre faz, dirá agora: “BEM LEMBRADO”.

Mais recentemente: foi na revisão constitucional de 2004, o PCP propôs, de facto, uma alteração ao n.º 7 do art.º 231º, pretendendo que do texto ficasse a constar, a propósito do regime de incompatibilidades e impedimentos dos membros das Assembleias e Governos Regionais, uma equiparação aos deputados da Assembleia da República e membros do Governo.

A memória é curta... mas não tão curta que possa esquecer-se que contra essa proposta, ao lado do PSD, tivessem votado o CDS

(naturalmente), e quem mais? Justamente o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda.

Foi por tudo isto, Senhor Presidente, que recorremos dos dois despachos de V. Exa. de admissibilidade dos projectos de lei em discussão.

Porque eles são inconstitucionais! Todos aqui sabemos que são inconstitucionais e no limite, o Tribunal Constitucional não deixará de o declarar.

Permitam-me que leia um breve texto a propósito:

«Uma eventual intervenção legislativa em matéria de estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas, apenas é constitucionalmente admissível através do estatuto político-administrativo das mesmas (art.º 231º 7 da CRP).»

«A tomar essa iniciativa fora dos respectivos estatutos, estará a Assembleia da República a desrespeitar o princípio da reserva de iniciativa das Regiões Autónomas nessa matéria, violando, assim, um dos elementos nucleares da autonomia constitucional.

«A Assembleia da República tem, pois, uma responsabilidade acrescida no respeito pela autonomia regional, quando esta determina espaços de competência política própria dos órgãos de soberania e dos órgãos de governo das regiões autónomas (art.º 6º da CRP).»

Senhores Deputados, este é o parecer do Governo Regional dos Açores, o actual, que termina dizendo ser de rejeitar a iniciativa legislativa do BE e, por consequência, desfavorável também à iniciativa do PCP.

Mas não somos propriamente apenas nós, deputados do PSD, que estamos contra as iniciativas em causa. Quem está contra, já o disse, é a Constituição da República Portuguesa e o respeito pela autonomia regional, como decorrência vitoriosa que foi, do 25 de Abril.

Não vou maça-los com as inúmeras citações de diversos ilustres constitucionalistas portugueses, todos eles, manifestando-se contra estas iniciativas.

Mas tenho ao menos que lembrar o que Gomes Canotilho e Vital



Moreira escreveram a este propósito: “o estatuto dos titulares de órgãos de governo regional (membros da assembleia e do governo) deve ser definido, naturalmente, pelo estatuto regional (...). Ao reservar explicitamente para o estatuto regional a definição do estatuto dos titulares dos órgãos regionais, a Constituição não deixa margem para dúvidas de que tal matéria não cabe nem na competência legislativa reservada comum da Assembleia da República, nem na competência legislativa regional.”

Cabe, isso sim, dizemos nós (perfilhando as orientações doutrinárias referidas), na competência especial da Assembleia da República, na decorrência dos indispensáveis impulso e reservada iniciativa das respectivas assembleias legislativas das regiões autónomas, por aplicação conjugada dos art.ºs 161º b), 226º 1 e 231º n.º 7, todos da CRP.

As iniciativas em discussão são juridicamente inconstitucionais, e politicamente representam um retrocesso de 30 anos na autonomia regional consagrada como pedra basilar da própria unidade do Estado.

São um ataque frontal à Madeira e aos Madeirenses.

V. Exas. começaram esta campanha eleitoral mas começaram-na mal.

De que têm medo afinal?

Do sucesso da Madeira? Do desenvolvimento da Madeira? Creio bem que o medo, para não dizer o pânico, é do que vai passar-se no próximo dia 6 de Maio nesta região autónoma.

Os portugueses da região não deixarão de refrear este vosso ímpeto retrógrado e de, mais uma vez, confiar naqueles que, com sucesso notável, vêm conduzindo os destinos da Madeira e dos Madeirenses.

A palavra soberana é dos Madeirenses, não das maiorias oportunistas que aqui se apresentam

para minorizar a autonomia, não hesitando, para isso, em violar grosseiramente a própria Constituição da República.

Já no fim do debate, a última intervenção do PSD antes da votação, foi de Luis Montenegro, que disse:

Chegando ao fim deste debate cumpre compreender e reiterar o seguinte: em primeiro lugar, a admissão e discussão destas iniciativas legislativas ferem, do nosso ponto de vista, a Constituição da República Portuguesa, porquanto é consabido e reconhecido que a lei fundamental comete às Assembleias Legislativas o poder de iniciativa em matéria de Estatutos Político-Administrativos.

Além disso, a CRP também estipula que o estatuto dos titulares dos órgãos de Governo Próprio das Regiões Autónomas é definido no respectivo estatuto.

As normas em causa, artigos 226º n.º1, 227º n.º1 e) e 231º n.º 7, são claras e o seu conteúdo revela os princípios fundamentais e estruturantes do regime autonómico português, em cuja sistematização o PSD sempre se empenhou desde a aprovação da Constituição e nas sucessivas revisões constitucionais.

Ao contrário de outros, em especial do PS, que nas Regiões Autónomas pensa e diz uma coisa e aqui pensa e diz outra, o PSD, porque entende com elevado sentido de responsabilidade os princípios basilares da organização do Estado e do funcionamento das Instituições – marca aliás indelével da sua matriz ideológica e política – o PSD tem uma linha de pensamento político exactamente igual em todo o território nacional.

Como hoje mais uma vez se constata e comprova o PSD é, de facto, em Portugal, o partido mais esclarecido e coerente em matéria de autonomias regionais.

Em segundo lugar, senhores deputados, este debate teve pelo menos o mérito de clarificar onde mora, nesta AR e nas RA's, a verdade política e jurídica, por um lado, e a hipocrisia política e a inconsistência jurídica, por outro lado.

Do nosso lado, do lado do PSD reside a verdade política e jurídica de quem acredita por convicção no mérito das autonomias regionais como sustentáculo da unidade nacional, como meio de desenvolvimento do país e aprofundamento da democracia e, sobretudo, de quem respeita intransigentemente os princípios basilares da nossa lei fundamental.

Do outro lado, para além dos radicalismos mais tradicionais e retrógrados da esquerda portuguesa o que é que se verifica?

A incoerência, o oportunismo e a hipocrisia mais envergonhada (ou melhor, desavergonhada) concepção das autonomias regionais do Partido

vem, numa cena de inusitado paternalismo, tentar fazer na AR o que não consegue fazer na região.

Mas essencialmente HIPÓCRITA. Sim, hipócrita!

Porque vem agora, duma forma absolutamente peregrina dizer o quê?

Vou citar o deputado socialista Maximiano Martins:

“Vamos viabilizar a discussão desta matéria...mas o ideal e mais apropriado é ser a Assembleia Legislativa da Madeira a resolver o assunto”

“Vamos fazer um compasso de espera, esperar pelas eleições de 6 de Maio e esperar por uma maioria, qualquer que ela seja – bem prudente, digo eu – para tomar lá a iniciativa”

Até aqui tudo bem! É o PS e a sua visão mais leal da concepção autonómica e do espírito e da letra da CRP.

Só que o mesmo deputado Maximiano Martins logo remata:

“Se a Assembleia Legislativa da



Socialista.

Incoerência, porque o PS diz uma coisa hoje, faz outra amanhã.

O PS diz uma coisa nos Açores (veja-se o parecer bem elucidativo do respectivo Governo e da Assembleia Legislativa Regional, onde de resto, ao contrário do que já aqui se disse vigora um regime que em matéria de incompatibilidades e impedimentos não é igual aos deputados da AR, porque a equiparação feita no seu estatuto refere-se apenas a “direitos, regalias e imunidades”), faz uma declaração de voto na Madeira e aqui toma uma posição contrária ao que diz lá e, sobretudo, contrária ao que diz serem os seus princípios autonómicos.

Oportunista, porque impotente para, mormente na Madeira, lograr alcançar a confiança dos madeirenses, deita às malvas a Constituição, o Estatuto Político-Administrativo e

Madeira, eleita a 6 de Maio, não proceder à iniciativa de alteração do regime das incompatibilidades e impedimentos dos seus membros, aí, o PS faz prosseguir o processo legislativo ora iniciado”

Ou seja, se o PS perder as eleições de 6 de Maio, como ele próprio antevê que vai acontecer – diga-se acertadamente -, aí, os princípios e as normas constitucionais já não contam. O que o PS quer dizer é isto: primeiro vamos esperar pelo veredicto do povo que há-de eleger uma Assembleia que é quem tem legitimidade; depois, **se o resultado não for o que nós queremos e não houver essa iniciativa, esse veredicto e essa vontade não contam para nada e nós prosseguimos.**

Isto, senhores deputados, para além de ser uma vergonha e uma demonstração de desconfiança nos cidadãos eleitores e no Estado de

direito, constitui uma inaceitável pressão sobre uma Assembleia que há-de ser legítima e democraticamente eleita e denota uma despuddorada hipocrisia.

É essa a grande nota deste debate.

Não direi «surpresa» porque infelizmente é apenas mais um episódio da saga, da campanha, que a maioria socialista e o Governo vêm movendo contra as Regiões Autónomas e essencialmente contra a Madeira.

Por isso, no fim deste debate, a conclusão é simples:

Dum lado está o PSD: coerente, sério, numa relação de verdade com as pessoas, as instituições e o Estado de direito.

Do outro lado, está um PS dissimulado, hipócrita e inconsistente no tratamento das autonomias regionais.

Seguir-se-á, como disse e bem o deputado Maximiano Martins, o veredicto dos madeirenses.

Por nós, aguardamos serenamente confiando na sua sabedoria. - **Fonte: Gab. Imp. GP/PSD**

Energia: O PSD aberto a discutir a opção nuclear

O líder da bancada parlamentar social-democrata, Marques Guedes, manifestou hoje a disponibilidade do PSD para discutir a questão do nuclear, mas frisou que “o Governo só pretende lançar esse debate 2008/2009”.

“O Governo já disse que só pretende lançar esse debate lá para 2008, 2009. Obviamente quando isso acontecer, lá estaremos”, afirmou Marques Guedes, em declarações aos jornalistas, na Assembleia da República.

Em Riga, na Letónia, o Presidente da República, Cavaco Silva, afirmou que não tardará muito para a energia nuclear começar a ser abertamente debatida em Portugal.

“É difícil evitar a sua discussão, surgirá mais dia, menos dia”, disse o Presidente à saída da conferência de imprensa do “Grupo de Arraiolos”.

Cavaco valorizou a aposta em energias alternativas tais como a eólica, biomassa, biodiesel ou hídrica, mas não acredita que sejam suficientes.

“Se não for descoberta outra fonte de energia como o hidrogénio, o nuclear terá de ser debatido em Portugal de forma mais aberta”, defendeu o chefe de Estado.

Marques Guedes assegurou que “o PSD vê com total à vontade a realização desse debate”, ressaltando no entanto que “não ainda está lançado na sociedade portuguesa”.

Visita de deputados do PSD a Vila do Conde leva a considerar “inexplicáveis” problemas verificados no novo Centro de Saúde

O deputado social-democrata



Jorge Costa considerou, na segunda-feira, “inexplicável” que o novo Centro de Saúde de Vila do Conde, inaugurado há poucas semanas, apresente já problemas de funcionalidade que podem prejudicar a sua actividade.

“É inexplicável que um centro de saúde inaugurado há poucas semanas tenha problemas de funcionalidade no espaço”, frisou Jorge Costa.

O deputado, que falava no final de uma visita que os deputados do PSD eleitos pelo círculo do Porto realizaram ao concelho de Vila do Conde, destacou, entre outros problemas, “a existência de paredes em betão que impedem alterações de divisórias conforme as necessidades de serviço” e a “grande superfície vidrada que vai provocar um calor insuportável no Verão”.

Ao nível da saúde, Jorge Costa salientou ainda o facto de faltarem 11 médicos para que todos os utentes inscritos nos centros de saúde de Vila do Conde possam ter médico de família, acrescentando que estas unidades também se debatem com falta de enfermeiros e pessoal administrativo.

A comitiva social-democrata, que integrava cinco deputados, deslocou-se à zona industrial da Varziela, onde estão instalados diversos armazéns de comerciantes de nacionalidade chinesa.

“O problema tem que ser assumido. As lojas estão lá, falta ordenar a actividade em termos de recolha de lixo, estacionamento e circulação automóvel”, defendeu Jorge Costa, salientando também a necessidade de se “cumprirem regras para que a actividade económica ali desenvolvida não viole as normas da concorrência”.

O saneamento básico, que apenas cobre 40 por cento do concelho de Vila do Conde, foi outro dos

problemas analisados pelos deputados sociais-democratas nesta visita, tendo Jorge Costa defendido a “necessidade urgente de um plano de emergência” que permita preservar a orla costeira das descargas de efluentes.

Nesta visita a Vila do Conde, os deputados do PSD deslocaram-se ainda à ponte românica do Zameiro, um dos monumentos emblemáticos do concelho, “que aguarda há anos por obras”.

“O projecto arrasta-se pensosamente e não está à vista quando se poderá resolver este problema”, frisou Jorge Costa, que coordena a actividade dos parlamentares eleitos pelo PSD no distrito do Porto. - **Fontes: Lusa, GP/PSD**

JSD: Bruno Ventura e Pedro Rodrigues disputam liderança este fim-de-semana

O líder da JSD/Lisboa, Bruno Ventura, e o vice-presidente nacional daquela juventude partidária, Pedro Rodrigues, disputam este fim-de-semana a liderança da ‘Jota laranja’, no XIX Congresso, que começa sexta-feira em Espinho. Encontrar novas “causas”, projectar a JSD para o exterior e apresentar propostas concretas são alguns temas comuns aos dois candidatos.

“A JSD precisa de encontrar uma nova agenda de causas”, disse à Lusa Bruno Ventura.

Determinado em fazer da ‘Jota’ uma estrutura “independente e autónoma do PSD nos actos”, Bruno Ventura apresenta ao congresso a moção de estratégia “Juventude Afirmativa”.

No documento, com mais de 70

páginas, Bruno Ventura define a sua “agenda de causas”, colocando o primeiro emprego, a habitação e a educação no topo das prioridades, porque estes são alguns dos principais “desafios” e “problemas” com que os jovens se vêem confrontados.

“Hoje, os jovens não se sentem representados na juventude partidária”, reconheceu o actual líder da distrital de Lisboa.

Uma realidade que quer alterar, porque “o PSD só poderá ganhar as legislativas de 2009 se conquistar a juventude”.

Assim, entre outras “causas”, a JSD deverá apostar no debate das questões que afectam os jovens, apresentando propostas concretas.

“Por exemplo, em relação ao ensino superior, deveria haver a possibilidade dos jovens contraírem empréstimos para pagar os seus cursos superiores, devendo a garantia ficar a cargo do Estado”, adiantou.

A promoção do arrendamento jovem nos grandes centros urbanos e nas cidades médias, a aposta na fixação da juventude no interior e o combate ao abandono escolar serão outras das áreas em que o líder da distrital da JSD/Lisboa quer apostar.

“É uma candidatura de ruptura com a actual direcção da JSD”, assumiu Bruno Ventura, que abandonou o cargo de vice-presidente da ‘Jota’ há cerca de um ano, em “divergência” com o actual líder da estrutura, Daniel Figueiro, que não se recandidata ao lugar.

O adversário de Bruno Ventura, Pedro Rodrigues, faz ainda parte da direcção da JSD, aquela que considera ser “a maior juventude partidária” portuguesa.

Reconquistar “o espaço político dentro do partido” e projectar a JSD “para fora” são alguns dos objectivos defendidos por Pedro Rodrigues.

“Os próximos dois anos vão ser fundamentais para a JSD”, defendeu, sublinhando a necessidade da ‘Jota’ “romper com as fronteiras do politicamente correcto” e ser mais “irreverente”.

“Daqui a dois anos, a JSD tem de estar completamente diferente”, salientou.

Tal como o seu adversário, Pedro Rodrigues quer também definir “bandeiras e causas” pelas quais a JSD se deve bater, elegendo, entre outras questões, o desemprego, a habitação e o ensino superior.

“Temos de reinventar o nosso registo”, afirmou à Lusa Pedro Rodrigues, que leva ao congresso a moção “Agarrar o Futuro”.

“É tempo de encontrar alternativas para o nosso país. É tempo de agarrar o futuro. Com ousadia, determinação e convicção. Este congresso deve, assim, abrir um novo ciclo. Um ciclo em que a nossa prioridade seja Portugal”.

Iniciaremos neste congresso a construção de uma política alternativa para Portugal”, defende Pedro Rodrigues no documento. - **Fonte: Lusa**



Intervenção sobre o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos políticos.

Deputado Luís Montenegro
Assembleia da República, 11 de Abril de 2007

(...)

Chegando ao fim deste debate cumpre compreender e reiterar o seguinte:

Em primeiro lugar, a admissão e discussão destas iniciativas legislativas ferem, do nosso ponto de vista, a CRP porquanto é consabido e reconhecido que a lei fundamental comete às Assembleias Legislativas o poder de iniciativa em matéria de Estatutos Político-Administrativos.

Além disso, a CRP também estipula que o estatuto dos titulares dos órgãos de Governo Próprio das Regiões Autónomas é definido no respectivo estatuto.

As normas em causa, artigos 226º nº1, 227º nº1 e) e 231º nº 7, são claras e o seu conteúdo revela os princípios fundamentais e estruturantes do regime autonómico português, em cuja densificação o PSD sempre se empenhou desde a aprovação da Constituição e nas sucessivas revisões constitucionais.

Ao contrário de outros, em especial do PS, que nas Regiões Autónomas pensa e diz uma coisa e aqui pensa e diz outra, o PSD, porque entende com elevado sentido de

responsabilidade os princípios basilares da organização do Estado e do funcionamento das Instituições – marca aliás indelével da sua matriz ideológica e política – o PSD tem uma linha de pensamento político exactamente igual em todo o território nacional.

Como hoje mais uma vez se constata e comprova o PSD é, de facto, em Portugal, o partido mais esclarecido e coerente em matéria de autonomias regionais.

Em segundo lugar, senhores deputados, este debate teve pelo menos o mérito de clarificar onde mora, nesta AR e nas RA's, a verdade política e jurídica, por um lado, e a hipocrisia política e a inconsistência jurídica, por outro lado.

Do nosso lado, do lado do PSD reside a verdade política e jurídica de quem acredita por convicção no mérito das autonomias regionais como sustentáculo da unidade nacional, como meio de desenvolvimento do país e aprofundamento da democracia e, sobretudo, de quem respeita intransigentemente os princípios basilares da nossa lei fundamental.



Do outro lado, para além dos radicalismos mais tradicionais e retrógrados da esquerda portuguesa o que é que se verifica?

A incoerência, o oportunismo e a hipocrisia mais envergonhada (ou melhor, desavergonhada) concepção das autonomias regionais do Partido Socialista.

Incoerência, porque o PS diz uma coisa hoje, faz outra amanhã.

O PS diz uma coisa nos Açores (veja-se o parecer bem elucidativo do respectivo Governo e da Assembleia Legislativa Regional, onde de resto, ao contrário do que já aqui se disse vigora um regime que em matéria de incompatibilidades e impedimentos

não é igual aos deputados da AR, porque a equiparação feita no seu estatuto refere-se apenas a “direitos, regalias e imunidades”), faz uma declaração de voto na Madeira e aqui toma uma posição contrária ao que diz lá e, sobretudo, contrária ao que diz serem os seus princípios autonómicos.

Oportunista, porque impotente para, mormente na Madeira, lograr alcançar a confiança dos madeirenses, deita às malvas a CRP, o Estatuto Político-Administrativo e vem, numa cena de inusitado paternalismo, tentar fazer na AR o que não consegue fazer na região.

(...)

Dum lado está o **PSD: coerente, sério, numa relação de verdade com as pessoas, as instituições e o Estado de direito.**

Do outro lado, está um **PS dissimulado, hipócrita e inconsistente no tratamento das autonomias regionais.**

Seguir-se-á, como disse e bem o deputado Maximiano Martins, o veredicto dos madeirenses.

Por nós, aguardamos serenamente confiando na sua sabedoria.

(...)

Intervenção sobre Violência Doméstica

Deputado Mendes Bota, no Debate
Assembleia da República, 12 de Abril de 2007

(...)

Hoje, é um dia histórico para este Parlamento, na longa luta pelos Direitos Humanos, pela igualdade de género e contra a violência inaceitável que ainda se exerce sobre as Mulheres, designadamente, no quadro das relações domésticas, familiares e afectivas.

No passado dia 7 de Dezembro, celebrámos aqui, num curto debate solene, o início da campanha da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Mas então, fomos meia dúzia a falar, para outra meia dúzia a ouvir.

Hoje, 12 de Abril de 2007, logo à tarde, no toque a rebate da hora das votações, será toda esta Assembleia, serão todos os parlamentares que assumirão o compromisso de honra de lutar contra a Violência sobre as Mulheres, na votação do Projecto de Resolução subscrito por todos os grupos parlamentares, e cujo resultado constituirá um momento de especial e solidária unanimidade.

A partir de hoje, que não restem dúvidas em Portugal, sobre o empenho que as deputadas e os deputados portugueses se cometem, num combate sem tréguas contra a iniquidade, a injustiça e o sofrimento que se abate sobre mais de um milhão de portuguesas, e um número incomensurável de mulheres no mundo, a fazer fé na

estimativa de que uma em cada quatro mulheres, já foi vítima, pelo menos uma vez, de uma qualquer forma de violência.

A partir de hoje, e até Março de 2008, a Assembleia da República estará no terreno, conduzindo a sua própria campanha, modesta nos meios, é certo, discreta no aparato e na propaganda, mas com a grandeza política de quem quer e pode contribuir para minorar este problema.

Queremos evidenciar as boas práticas, mas também as carências que ainda se fazem sentir, quer na prevenção, quer na ajuda às vítimas, quer no apoio às ONG's, quer na penalização e tratamento dos agressores.

Já no próximo dia 24, a Assembleia da República organizará uma conferência internacional de alto nível, pela qualidade e representatividade dos seus intervenientes, e onde se procurará aprofundar a reflexão e o conhecimento deste fenómeno. A abrir, naquilo que é a vocação do Parlamento: o quadro jurídico-legal.

Depois, trazendo à superfície do debate, uma nova forma de violência doméstica que têm começado a aparecer, o “stalking”, tão recente, que ainda nem tem tradução em português, o culto da violência na Internet, a violência sobre os mais idosos.



Finalmente, pretende-se aprofundar a reflexão sobre a qualificação e a quantificação dos custos da violência doméstica.

Pretende, assim, a Assembleia da República, abordar ângulos diferentes deste fenómeno, que não estejam ainda suficientemente explorados, e que vão muito para lá do “choradinho das coitadinhas”, ou do enunciar de uma realidade estatística que, infelizmente, relemos todos os dias nos jornais.

Seguir-se-á a organização de quatro conferências regionais, replicando no país

estes temas e estas reflexões, e tendo como critério de selecção de localização, precisamente as quatro áreas onde o fenómeno da violência doméstica se faz sentir com maior incidência.

A acompanhar este périplo de debates, a Assembleia da República está a preparar uma exposição itinerante dedicada a esta campanha e à melhor compreensão e informação sobre a violência doméstica.

Paralelamente, estará activo um sítio electrónico autónomo, exclusivamente dedicado à campanha implementada pela Assembleia da República.

Finalmente, merece destaque a organização das Duas Semanas de Activismo Parlamentar Contra a Violência Doméstica.

(...)

Quando uma mulher é sujeita a qualquer tipo de violência por parte de um parceiro, existe toda uma série de custos directos e indirectos que afectam toda a sociedade. Esses actos condenáveis implicam com o sistema de saúde e de assistência médica, desde os tratamentos hospitalares ou pós-hospitalares, tratamentos mentais ou odontológicos.

Implicam com o sistema judicial e criminal, envolvendo polícias, ministério público, tribunais, prisiones.



Os abrigos e os centros de apoio às vítimas, os serviços sociais, o sistema de segurança social, todos são envolvidos, e todos constituem um custo colectivo que temos de pagar.

Mas, quando uma mulher é espancada, ou mesmo assassinada, os seus efeitos não se circunscrevem às vítimas, antes se reproduzem naqueles que lhes estão mais próximos, a começar pelas crianças, essas testemunhas silenciosas, que guardarão para sempre as cicatrizes da insídia, e a continuar em famílias inteiras, colegas de trabalho ou de lazer, círculos inteiros de amigos, e até os próprios agressores.

As perdas de tempo, as perdas salariais, os custos de oportunidade, as perdas de produção, à escala de um país, atingem uma dimensão que a sociedade

ainda não apreendeu, e o nosso Parlamento deseja contribuir para esse apuramento.

Mas, se esses números, duros e frios, são importantes, existem outros, chamados custos intangíveis, que não há unguento que alivie, indemnização que pague, perda de memória que apague. Estamos a falar da dor, da ansiedade e do sofrimento que afectam a qualidade de vida das vítimas e de todos os demais envolvidos.

Mais do que o défice orçamental que nos condiciona aos olhos fiscalizadores da União Europeia, é o défice do respeito pela dignidade e pelos direitos das Mulheres, que nos deve envergonhar perante o juízo da nossa consciência.

(...)

O PSD Pergunta

1163-AC/X/2

Data: 2007-03-28

Assunto: Atraso do QREN e implicações no Programa Temático do Potencial Humano (Qualificações).

Autores: ANTÓNIO ALMEIDA HENRIQUES / LUÍS PAIS ANTUNES

Enviado: PRIMEIRO-MINISTRO em: 2007-03-29

1164-AC/X/2

Data: 2007-03-28

Assunto: Ocultação de dados referentes ao Complemento Solidário para Idosos no distrito de Vila Real.

Autor: RICARDO MARTINS

Enviado: PRIMEIRO-MINISTRO em: 2007-03-29

1165-AC/X/2

Data: 2007-03-28

Assunto: Adega Cooperativa de Mogofores - Aquisição instalações do IVV.

Autor: JOSÉ MANUEL RIBEIRO

Enviado: MIN AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS em: 2007-03-29

1166-AC/X/2

Data: 2007-03-28

Assunto: Requalificação do Pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária Alves Martins de Viseu.

Autor: ANTÓNIO ALMEIDA HENRIQUES

Enviado a: MIN EDUCAÇÃO em: 2007-03-29

1167-AC/X/2

Data: 2007-03-28

Assunto: Contratação de doutorados para o sistema científico e tecnológico nacional - 1000 novos doutorados.

Autores: EMÍDIO GUERREIRO / FERNANDO ANTUNES / AGOSTINHO BRANQUINHO / SÉRGIO VIEIRA / JOSÉ CESÁRIO

Enviado a: MIN CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR em: 2007-03-29

1168-AC/X/2

Data: 2007-03-28

Assunto: Algarve - Plágio, coincidência e incompetência.

Autor: MENDES BOTA

Enviado a: MIN ECONOMIA E DA INOVAÇÃO em: 2007-03-29

1172-AC/X/2

Data: 2007-03-28

Assunto: Ligação ferroviária entre Braga e Guimarães.

Autor: AGOSTINHO BRANQUINHO

Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES em: 2007-03-29

1175-AC/X/2

Data: 2007-03-29

Assunto: Sobre o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, publicado na I Série - B n.º 82.

Autor: PEDRO QUARTIN GRAÇA

Enviado a: MIN. AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL em: 2007-04-02

Agenda Parlamentar

QUARTA-FEIRA, DIA 18 DE ABRIL DE 2007, 15:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Agendamento potestativo do PEV

Projecto de Resolução n.º 186/X (PEV)

(Integração da vacina que previne o cancro do colo do útero no plano nacional de vacinação)

QUINTA-FEIRA, DIA 19 DE ABRIL DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Agendamento potestativo do PSD

Projecto de Lei n.º 374/X (PSD)

(Crime de enriquecimento ilícito)

VOTAÇÕES às 18H00

SEXTA-FEIRA, DIA 20 DE ABRIL DE 2007, 10:00H

Projecto de Lei n.º 207/X (CDS-PP)

Projecto de Lei n.º .../X (PS)

(Altera o Decreto-Lei n.º 312/2003, de 17 de Dezembro, criando novos requisitos para a detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos como animais de companhia)

Projecto de Lei n.º 126/X (BE)

Projecto de Lei n.º .../X (PS)

(Estabelece os princípios da investigação científica em células estaminais e a utilização de embriões)

Projecto de Resolução n.º 143/X (PCP)

(Cria um plano de emergência para a resolução dos pedidos de inspecção pendentes na Inspeção-Geral do Trabalho)

1176-AC/X/2

Data: 2007-03-29

Assunto: Sobre a exigência do cumprimento rigoroso de deveres e prazos fiscais por parte dos cidadãos e de empresas.

Autor: JOSÉ CESÁRIO

Enviado a: MIN ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS em: 2007-04-02

1177-AC/X/2

Data: 2007-03-29

Assunto: O Plano Regional de Emprego para Trás-os-Montes.

Autor: RICARDO MARTINS

Enviado a: MIN TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL em: 2007-04-02

1178-AC/X/2

Data: 2007-03-29

Assunto: Projecto de Emparelamento do Lis.

Autores:

JOSÉ MANUEL RIBEIRO / FELICIANO BARREIRAS DUARTE / CARLOS POÇO / MARIA OFÉLIA MOLEIRO / RICARDO MARTINS

Enviado a: MIN AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

em: 2007-04-02

1187-AC/X/2

Data: 2007-03-30

Assunto: Qual a distribuição da verba do PIDDAC pelos diversos municípios da Ilha de S. Miguel.

Autores: MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE

Enviado a: GOVERNO em: 2007-04-02

1188-AC/X/2

Data: 2007-03-30

Assunto: Sobre o excedente das contas públicas da Região Autónoma dos Açores.

Autores: MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE

Enviado a: GOVERNO em: 2007-04-02

1203-AC/X/2

Data: 2007-04-02

Assunto: Sobre o traçado do Metro Sul do Tejo no Triângulo da Ramalha.

Autor: LUIS CARLOTO MARQUES

Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES em: 2007-04-03



Intervenção sobre o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos políticos.

Deputado António Montalvão Machado
Assembleia da República, 11 de Abril de 2007

(...)

O Bloco de Esquerda e o PCP decidiram abrir hoje, aqui na Assembleia da República, a campanha eleitoral para a Região Autónoma da Madeira que culminará no próximo dia 6 de Maio, estou certo que com mais uma estrondosa vitória do POVO Madeirense.

Para o efeito, ressuscitam dois projectos de lei que sabem que são grosseiramente inconstitucionais, manifestamente violadores da autonomia regional e totalmente desrespeitadores da letra e do espírito do texto constitucional. Trata-se da tentativa de um golpe constituinte.

E o pior é que, segundo se lê nos jornais, os partidos proponentes contam já com o apoio da actual maioria socialista, como sempre pronta para espeznhar a autonomia regional e concretamente a autonomia na Região Autónoma da Madeira.

É importante lembrar que a norma constitucional que se pretende ferir letalmente, é uma norma que deriva de um consenso... e que nasceu do aprofundamento da autonomia aprovado na revisão constitucional de 1982.

Foi a Comissão de Revisão Constitucional em 1982 (não só o PSD) que propôs ao plenário da Assembleia da República o texto que constitui hoje o n.º 7 do art.º 231º que prescreve que a definição do estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprios das regiões autónomas é competência dos respectivos estatutos político administrativos, sujeito ao princípio de reserva da iniciativa das assembleias regionais.

E ainda bem que pude verificar esse histórico, pois que dessa comissão fazia parte, lucidamente como sempre, V.Exa. Senhor Presidente e Senhor Deputado Jaime Gama.

E essa proposta, no plenário desta câmara, que votação mereceu?

A aprovação por unanimidade.

E esta norma da nossa lei fundamental permaneceu incólume, sólida e consistente, ao longo de 25 anos, reforçando o respeito pela a autonomia das regiões autónomas.

Mas é ainda indispensável recordar o que se passou nesta assembleia, em 1999, a propósito da revisão do estatuto político administrativo da Região Autónoma da Madeira.



Ai se contemplaram regimes próprios de incompatibilidades e de impedimentos para os deputados à respectiva assembleia legislativa, exactamente no uso dessa competência estatutária própria.

Nessa altura, nenhum grupo parlamentar achou que tal regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos estivesse errado.

Pelo contrário, a proposta de lei então apresentada foi aprovada, vejam bem, também por unanimidade, curiosamente estando presentes mais de 100 deputados socialistas, de entre os quais, estranha coincidência, tão ilustres deputados como Alberto Martins e José Junqueiro, hoje aqui presentes.

Estou certo que o Senhor deputado José Junqueiro, como sempre faz, dirá agora: "BEM LEMBRADO".

Mais recentemente... foi na revisão constitucional de 2004... o PCP propôs, de facto, uma alteração ao n.º 7 do art.º 231º, pretendendo que do texto ficasse a constar, a propósito do regime de incompatibilidades e impedimentos dos membros das Assembleias e Governos Regionais, uma equiparação aos deputados da Assembleia da República e membros do Governo.

A memória é curta... mas não tão curta que possa esquecer-se que contra essa proposta, ao lado do PSD, tivessem votado o CDS (naturalmente), e quem mais? Justamente o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda.

Foi por tudo isto, Senhor Presidente, que recorremos dos dois despachos de V. Exa. de admissibilidade dos projectos de lei em discussão.

Porque eles são inconstitucionais..., todos aqui sabemos que são inconstitucionais...,

e, no limite, o Tribunal Constitucional não deixará de o declarar.

Permitam-me que leia um breve texto a propósito...

"Uma eventual intervenção legislativa em matéria de estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas, apenas é constitucionalmente admissível através do estatuto político administrativo das mesmas (art.º 231º 7 da CRP).

A tomar essa iniciativa fora dos respectivos estatutos, estará a Assembleia da República a desrespeitar o princípio da reserva de iniciativa das Regiões Autónomas nessa matéria, violando, assim, um dos elementos nucleares da autonomia constitucional.

A Assembleia da República tem, pois, uma responsabilidade acrescida no respeito pela autonomia regional, quando esta determina espaços de competência política própria dos órgãos de soberania e dos órgãos de governo das regiões autónomas (art.º 6º da CRP)."

(...)

Este é o parecer do Governo Regional dos Açores, o actual, que termina dizendo ser de rejeitar a iniciativa legislativa do BE e, por consequência, desfavorável também à iniciativa do PCP.

Mas não somos propriamente apenas nós, deputados do PSD, que estamos contra as iniciativas em causa. Quem está contra, já o disse, é a Constituição da República Portuguesa e o respeito pela autonomia regional, como decorrência vitoriosa que foi, do 25 de Abril.

Não vou maça-los com as

inúmeras citações de diversos ilustres constitucionalistas portugueses, todos eles, manifestando-se contra estas iniciativas.

Mas tenho ao menos que lembrar o que Gomes Canotilho e Vital Moreira escreveram a este propósito: "o estatuto dos titulares de órgãos de governo regional (membros da assembleia e do governo) deve ser definido, naturalmente, pelo estatuto regional (...). Ao reservar explicitamente para o estatuto regional a definição do estatuto dos titulares dos órgãos regionais, a Constituição não deixa margem para dúvidas de que tal matéria não cabe nem na competência legislativa reservada comum da Assembleia da República, nem na competência legislativa regional."

Cabe, isso sim, dizemos nós (perfilhando as orientações doutrinárias referidas), na competência especial da Assembleia da República, na decorrência dos indispensáveis impulso e reserva iniciativa das respectivas assembleias legislativas das regiões autónomas, por aplicação conjugada dos art.ºs 161º b), 226º 1 e 231º n.º 7, todos da CRP.

As iniciativas em discussão são juridicamente inconstitucionais, e politicamente representam um retrocesso de 30 anos na autonomia regional consagrada como pedra basilar da própria unidade do Estado.

São um ataque frontal à Madeira e aos Madeirenses.

V. Exas. começaram esta campanha eleitoral mas começaram-na mal.

De que têm medo afinal?

**DO SUCESSO DA MADEIRA?
DO DESENVOLVIMENTO DA
MADEIRA?**

Creio bem que o medo, para não dizer o pânico, é do que vai passar-se no próximo dia 6 de Maio nesta região autónoma.

Os portugueses da região não deixarão de refrear este vosso ímpeto retrógrado e de, mais uma vez, confiar naqueles que, com sucesso notável, vêm conduzindo os destinos da Madeira e dos Madeirenses.

A palavra soberana é dos Madeirenses, não das maiorias oportunistas que aqui se apresentam para diminuir a autonomia, não hesitando, para isso, em violar grosseiramente a própria Constituição da República.

(...)



Intervenção no debate que autoriza o Governo a legislar em matéria de propriedade das farmácias e a adaptar o regime geral das contra-ordenações às infracções cometidas no exercício da actividade farmacêutica

Deputada Ana Manso
Assembleia da República, 12 de Abril de 2007

(...)

Estamos hoje, aqui, a fingir que discutimos a Proposta de Lei n.º 124/X, através da qual o Governo pretende que a Assembleia da República lhe conceda autorização legislativa para aprovar o regime jurídico da propriedade das farmácias.

A apresentação da Proposta de Lei, decorre do acordo que o Governo celebrou com a Associação Nacional de Farmácias e surge quase um ano depois de ter sido publicamente anunciado nesta Câmara.

Não corresponde a presente iniciativa ao cumprimento de qualquer promessa eleitoral do Partido Socialista, nem concretiza qualquer compromisso assumido no Programa do Governo, circunstância que também não é politicamente decisiva por os Portugueses já se terem habituado ao escasso valor que o PS atribui aos compromissos a que estava obrigado.

O PSD, ao contrário do Governo e, em particular, do actual Ministro da Saúde, não se guia por caprichos políticos, não se move aos ziguezagues, não tem uma visão estritamente economicista sobre a Política de Saúde, nem foge ao debate político no Parlamento, que é a Casa da Democracia.

Por isso estranhámos e discordámos mesmo vivamente que o Governo, ao invés de apresentar à Assembleia da República uma proposta de lei que materializasse o articulado constante do projecto de decreto-lei que lhe juntou em anexo, tenha optado por um processo legislativo em que o debate político é superficial e o contributo parlamentar é, por natureza, inexistente.

Mais, consideramos que isto é um exercício de mera hipocrisia política.

É pena que o Governo não queira defender, ou sequer discutir, as suas propostas no Parlamento, tanto mais nos casos em que estas têm o maior impacto social, como sucede no caso das farmácias.

Já tinha sido assim, quando o Primeiro-Ministro anunciou o Acordo com a Associação Nacional de Farmácias como um facto consumado. Mas o processo legislativo podia e devia ter servido para repor a autoridade legislativa do Estado. O Governo e a maioria assim não quiseram.

Por isso desde já anuncio que o Grupo Parlamentar do PSD irá requerer a apreciação parlamentar do

Decreto-Lei que acompanha a Proposta de Lei hoje em discussão, porque aí – pelo menos aí – a actual maioria não se poderá furtar do debate democrático.

De resto, não tendo também o Governo remetido à Assembleia da República o contributo de qualquer entidade mais directamente interessada na actividade e no exercício farmacêutico, desconhecemos mesmo se o texto hoje em discussão foi objecto de qualquer parecer, como devia ser.

Independentemente disso, e porque não poderia esta Assembleia deixar de saber o que pensam essas entidades, o Grupo Parlamentar do PSD solicitou a audição urgente das Ordens dos Farmacêuticos, dos Médicos e dos Enfermeiros e, bem assim, da Associação Nacional de Farmácias.

Porém, a maioria socialista fez ouvidos de mercador e recusou estas audições que o mais elementar bom senso impunha e o respeito devido às ordens profissionais, certamente, recomendava.

Esta situação é tanto mais grave quanto é certo que o grau de amplitude que, sub-repticiamente, foi dado à alteração do regime do exercício farmacêutico vai muito além da autorização legislativa que o Governo apresentou ao Parlamento.

A situação que temos é, então, a seguinte: o PS, ao recusar liminarmente qualquer audição – atitude prepotente, autista e mesmo antidemocrática – significa que a actual maioria se permite alterar um regime socialmente tão importante e sensível como é o das farmácias, unilateralmente, sem ouvir nada nem ninguém.

(...)

O PSD acha, como o referiu há quase um ano, que a questão da liberalização da propriedade das farmácias deve avançar à luz de um debate profundo e alargado, que até hoje não teve lugar. E no entanto, face à pluralidade de modelos existentes na União Europeia, ele é necessário, mais ele é absolutamente indispensável.

E sobre isso não haja dúvidas!

Porém, também dissemos, e reiteramos agora com veemência, que o caminho aberto, podendo ser positivo para os utentes e para o sector, carece da mais cuidada e prudente regulação, de modo a



assegurar uma saudável e verdadeira concorrência no sector, evitando a fraude e a concentração da propriedade, e, acima de tudo, que preserve a excelência dos cuidados prestados pelas farmácias.

Ora, não é isso que sucede no diploma que o Governo enviou à Assembleia da República.

De facto, não há qualquer vestígio nos diplomas do Governo de que queira combater a fraude. Nem se descortina a razão para fixar agora em quatro o número máximo de alvarás permitidos por proprietário.

Apenas o executivo argumenta, no preâmbulo do projecto de Decreto-Lei autorizado, que esta proposta põe termo a “**situações fictícias em relação à propriedade**”, as quais, acredita, serão desse modo regularizadas.

É caso para questionar porque é que o Executivo se demite das suas funções de avaliação e fiscalização de eventuais situações irregulares recorrendo, apenas e tão só, a mecanismos legislativos, em vez de intervir no terreno?

Onde estão os critérios?

A ingenuidade política que o Governo aparenta ter é, deveras, enternecedora!

São quatro porque sim!

Isto não é sério, Senhores Deputados, não é sério, por capricho ou súbita inspiração, atirar para o ar um número qualquer, sem critério ou justificação, sobretudo porque o Governo não fixa critérios de restrição ao número de novos alvarás. Quer o Governo cruzar os braços à espera que a fraude cresça com o número de novos alvarás que quer conceder?

Outro aspecto que nos preocupa muito e que não é minimamente

salvaguardado, quer na Proposta de Lei de autorização legislativa, quer no projecto de decreto-lei autorizado, diz respeito às garantias de condições de acessibilidade dos cidadãos aos serviços e bens proporcionados pelas farmácias.

As farmácias desenvolvem uma actividade de saúde, norteada pelo interesse público, e que por isso deve estar sujeita a determinadas regras, condicionalismos e contrapartidas, de modo a assegurar uma cobertura racional e adequada do território nacional.

Esse acesso deve, em particular, ser garantida nas zonas mais desfavorecidas do Interior do País e nas pequenas localidades, e não somente nos grandes centros urbanos em que a sua viabilidade económica é mais facilmente assegurada.

Ora, os diplomas em discussão não prevêem quaisquer regras ou requisitos que assegurem a referida acessibilidade e equidade, circunstância que nos causa profunda apreensão.

Esta apreensão é tanto maior quanto é certo que o Governo tem o dever de assegurar a cobertura farmacêutica do território nacional, dado que ao longo destes dois anos tem executado uma política consistente de fecho de serviços de saúde, principalmente nas zonas eleitoralmente menos atraentes.

(...)

O processo que hoje termina é verdadeiramente singular.

Sem debate, sem escrutínio político, sem audição dos principais parceiros envolvidos e contra os mais elementares princípios democráticos.

Dois anos depois de o PS ter chegado ao Governo, a desertificação está em franca expansão.

A Saúde está mais cara e mais distante. Os doentes estão cada vez menos no centro do sistema de saúde. Os profissionais cada vez mais desmotivados. Os parceiros da saúde cada vez mais desconfiados e os Portugueses cada vez mais desiludidos.

A forma prepotente como o PS fez passar pelo Parlamento a aprovação desta lei é disso um claro e triste exemplo.

(...)

Mário David vê o seu prestígio reafirmado ao levar o Presidente da Ucrânia, V. Iuchtchenko a admitir adiamento de legislativas

O presidente ucraniano, Viktor Iuchtchenko, admite a possibilidade de adiar as legislativas, eventualmente para logo após o Verão, como forma de ultrapassar a actual crise política na Ucrânia, disse hoje à Lusa o eurodeputado Mário David.

Mário David, que esteve hoje reunido com Iuchtchenko na sua qualidade de vice-presidente do Partido Popular Europeu (PPE), sublinhou que “há da parte do presidente ucraniano disponibilidade para ampliar o prazo (para as eleições) para antes ou logo após o Verão”.

As eleições antecipadas foram fixadas para 27 de Maio pelo decreto presidencial de dissolução do Parlamento, assinado a 02 de Abril.

Manifestando o apoio do seu partido ao presidente da Ucrânia nesta crise política, Mário David sublinhou que as várias partes se têm reunido frequentemente para discutir as formas de a ultrapassar, existindo “vontade política das lideranças” para encontrar uma solução.

Entretanto, segundo o eurodeputado português, o chefe de Estado ucraniano continua a aguardar que o Tribunal Constitucional (TC) se pronuncie sobre uma queixa da maioria parlamentar, que considera inconstitucional a dissolução do parlamento e a convocação de eleições antecipadas, apesar das dificuldades que este órgão tem para funcionar.

Composto por 18 membros, qualquer decisão do TC tem que ser validada por 12 dos seus juizes, o que está dificultado neste momento, depois de cinco se terem demitido e dois admitirem fazê-lo, devido às pressões de que se sentem alvo, referiu Mário David.

Além disso, o TC decidiu terça-feira adiar para ontem, 17 de Abril o início do exame da queixa da maioria, previsto inicialmente para hoje, sem adiantar uma explicação para essa decisão.

A data de 17 de Abril era precisamente o limite que os partidos políticos têm para apresentar candidaturas, a manter-se a convocatória das eleições antecipadas para 27 de Maio.

De acordo com o eurodeputado português eleito pelo PSD, antigo secretário de Estado dos Assuntos Europeus do governo de Pedro Santana Lopes e actual presidente da



Comissão de Relações Internacionais social-democrata, o presidente ucraniano não tinha alternativa senão dissolver o parlamento, face às manobras da maioria parlamentar, que tentava “comprar deputados da oposição para obter os 300 votos necessários para impor uma revisão constitucional, e estava em vias de o conseguir”.

Mário David conseguiu este compromisso, mas a situação permanece tensa.

No entanto, o prestígio deste destacado militante do nosso Partido já foi mais longe, na busca de uma solução para a Ucrânia, que todas as anteriores e goradas tentativas de EU.

– Fonte:Lusa, DN, RDPI

Silva Peneda defende reforma dos Recursos Próprios da UE

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, que decorreu na semana passada em Bruxelas, o Deputado do PSD José Silva Peneda participou no debate sobre o Relatório Lamassoure relativo ao “O Futuro dos Recursos Próprios”:

Silva Peneda iniciou a sua intervenção afirmando desde logo que “O actual sistema de financiamento da União Europeia está esgotado. Estou profundamente convicto que a manter-se o actual sistema de financiamento será muito difícil definir um outro quadro financeiro para vigorar após 2013.”

Segundo o Deputado do PSD “a manter-se o actual sistema de financiamento os cidadãos sentem-se cada vez mais distantes das instituições europeias pois esse sistema está baseado em regras, algumas delas fruto de conjunturas políticas muito especiais, que nasceram como transitórias, mas tornaram-se definitivas e revelam uma opacidade que dificulta um fácil entendimento para o comum dos cidadãos. “

“A manter-se o actual sistema de financiamento caminhamos no sentido da destruição de valores essenciais que caracterizam o sucesso da União Europeia nos últimos 50 anos, já que se discute de forma porventura humilhante, quase linha a linha, quem é, ou não, contribuinte líquido.”

De seguida Silva Peneda saudou de forma muito positiva o relatório apresentado pelo Colega Alain Lamassoure que, de forma “muito lúcida, prudente e com visão de futuro, aponta princípios, recomendações e metodologias muito adequadas.”

A terminar o Deputado português chamou a atenção para o facto desta “reforma não ser matéria exclusiva do foro financeiro. A reforma em causa é de largo alcance e é essencialmente política. Por isso, a sua discussão não pode ficar confinada exclusivamente ao Parlamento Europeu, ao Conselho e, muito menos, ao ECOFIN.”

“Uma das condições essenciais para o sucesso desta reforma tem a ver com o envolvimento dos actores e instituições políticas não só europeias, mas também nacionais em todo o processo. Por isso, quero deixar uma palavra final de apreço sobre a metodologia proposta que privilegia e estimula a participação dos Parlamentos Nacionais.”



Notícias da Madeira

Alberto João, no dia 11 deste mês, arrancou no seu estilo pessoal, a pré-campanha da Madeira

As actuais dificuldades da Madeira decorrem da “patifaria de Lisboa” sobre os madeirenses, disse o líder do PSD-M, Alberto João Jardim, no primeiro comício de pré-campanha para as eleições legislativas regionais antecipadas de 06 de Maio, saegundo informações que nos chegam da agência “Lusa”

No Bairro de Santo Amaro, no Concelho do Funchal, Alberto João Jardim acusou o Governo de José Sócrates de “roubar cerca de 1.500 milhões de euros” à Região até 2013: “Isto é tudo uma patifaria de Lisboa sobre a Madeira”, comentou.

“Já viram a falta que vai fazer em obras, em emprego e em moeda a circular nas lojas?”, perguntou ele.

Por isso, o líder dos sociais-democratas madeirenses apelou aos socialistas, que “votaram de boa fé no seu partido”, que, agora, “castiguem quem teve esta atitude porque as dificuldades vão cair em todos os madeirenses”, e aos abstencionistas, para que desta vez participem nas eleições.

“Qualquer falhanço pode causar uma Madeira ingovernável”, alertou, salientando que “o que está em causa é garantir que, ao fim de 30 anos, a autonomia não anda para trás”.

“Com o vosso voto, eu estou em posição de renegociar e de tornar a exigir a Lisboa porque, se desta vez eles não aceitarem, a Assembleia Legislativa que sair do vosso voto, da vossa vontade, pode internacionalizar a questão e chamar a atenção da comunidade internacional para as injustiças que estão a ser feitas por Lisboa sobre o povo madeirense”, defendeu.

Concluir o programa de governo até 2011, criar novos incentivos para o sector privado, consagrar mais direitos para a Madeira na revisão Constitucional de 2009 são alguns dos objectivos que João Jardim se propõe cumprir, caso vença as eleições de 6 de Maio.

“Em 2009, em que há eleições nacionais, se o senhor José Sócrates não tiver vergonha e não souber demitir-se antes, nós temos de ajudar a acabar com a praga socialista que se abateu sobre Portugal”, defendeu



Alberto João, apontando outro dos seus desígnios.

“Prometo-vos solenemente que eu não deixarei que este povo caia em mãos socialistas que nos leve, outra vez, para a Madeira velha”, disse a concluir.

O PSD-M vai apresentar nova lei de incompatibilidades na Assembleia Legislativa local

O PSD-M vai apresentar no próximo mandato da Assembleia Legislativa uma proposta de lei sobre as incompatibilidades dos titulares dos cargos públicos, revelou Alberto João Jardim, em entrevista à RDP-Madeira.

“O PSD-M vai fazer uma lei de

incompatibilidades que não é igual à da República, que não afasta os melhores madeirenses da Assembleia Legislativa e que torna transparente, para qualquer homem ou mulher que esteja na política, qualquer actividade que tenha com o Governo”, disse.

Justificou não aceitar a lei aprovada na quarta-feira na Assembleia da República “por violar o Estatuto Político-Administrativo” da Região.

“O que não aceito é que seja a Assembleia da República a violar o Estatuto da Madeira”, disse.

Alberto João Jardim recusa, no entanto, elaborar essa nova lei em conjunto com a revisão do Estatuto Político-Administrativo: “só se eu fosse um tolo é que ponha o PSD a fazer uma revisão do Estatuto

Político-Administrativo com a maioria que está em Lisboa, os tipos davam-nos ali umas catanadas...”

O líder do PSD-M admitiu, contudo, alterar o Estatuto, mas só se houver um novo clima político após as eleições legislativas regionais antecipadas de 6 de Maio próximo.

“Se o senhor José Sócrates quiser enterrar o machado de guerra, então, isso cabe - o novo Estatuto - numa ampla negociação, que se possa fazer séria”, disse.

Jardim avançou igualmente que “desta vez, mesmo sob palavra de honra, é a última vez que me candidato à presidência do Governo Regional”, tendo chamado a atenção que o partido terá de encontrar novo líder até ao final de 2010: “alguém terá de ser líder do PSD-M”.

Alberto João diz que os Socialistas queriam fazer “churrasco” com o PSD-M

Os socialistas “queriam fazer um churrasco com o PSD-M”, disse, no dia 15, num comício em Santana, Alberto João Jardim, referindo-se às “dificuldades que o Governo da República preparava” ao executivo regional, com a Lei das Finanças Regionais.

“Os socialistas contavam que roubando o dinheiro à Madeira, pegavam no Alberto João, pegavam no PSD, metiam no espeto, punham o Alberto João a grelhar ao lume e o Alberto João saía que nem um franguinho assado”.

“Só que eu gosto de frango ...” contrariou Alberto João, explicando as razões pelas quais se demitiu das funções de presidente do Governo Regional e forçou as eleições legislativas regionais antecipadas.

“O meu partido é a Madeira e o PSD é uma arma”, justificou ainda.

Por isso, alertou que as eleições de 06 de Maio são entre os defensores da autonomia e os defensores de Lisboa: “se querem se agachar, então o Alberto João vai de férias, muito obrigado”.

“A resposta cabe a cada um de vós”, salientou, dirigindo-se às centenas de pessoas presentes no comício. - Fonte: Lusa, RDP/M, DN

Aprovado o Relatório de Gestão, chamado já «de recuperação», com a abstenção do PS

A Câmara de Aveiro aprovou na segunda-feira o Relatório de Gestão, Prestação de Contas e Balanço Social de 2006, com os votos a favor da coligação CDS/PSD e a abstenção dos vereadores do PS.

A deliberação ocorreu em reunião privada e, de acordo com uma nota do gabinete de imprensa, o presidente da Câmara Élio Maia, considera que o relatório evidencia que “o município vem consolidando a inversão de uma situação financeira desequilibrada”.

Segundo Élio Maia, o rigor proposto não impede a atenção do executivo à dimensão social, cultural e educativa do concelho, e o reforço na “aposta em projectos estruturantes para o desenvolvimento estratégico de Aveiro”.

Na introdução ao documento, o presidente da Câmara refere o lançamento de “vários projectos estruturantes e de desenvolvimento com vista a um concelho com mais qualidade de vida social, cultural e ambiental, como é o caso da adjudicação da Pista Olímpica de Remo e Canoagem do Rio Novo do Príncipe que irá criar uma nova centralidade lúdica e desportiva”.

A nota de imprensa destaca ainda o compromisso da autarquia em continuar as obras da Sociedade AveiroPolis que ficam por executar, nomeadamente a construção do Centro Interpretativo e Ambiental, a consolidação dos Limites da Plataforma da Antiga Lota e a Concepção e Construção da Ponte Viária sobre o Canal das Pirâmides junto à eclusa.

“Apesar dos constrangimentos financeiros, a situação das finanças municipais conheceu um desenvolvimento favorável, como demonstra o Resultado Líquido do Exercício de 2006 na ordem dos 5.961.927,59 euros. Por sua vez, os resultados correntes cujo valor se situou nos 5.860.215,87 euros confirmam a tendência da optimização dos recursos disponíveis”, sustenta Élio Maia.

O presidente da Câmara realça ainda que a descida dos valores do Imposto Municipal de Imóveis e da Taxa da Derrama, prometidos durante a campanha eleitoral não teve efeitos negativos, já que a receita em 2006 foi superior à receita obtida no ano anterior.



Câmara adere ao “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios”

A Câmara Municipal de Aveiro aderiu à iniciativa «Território, um Património Plural», que integra, hoje, dia 18, o «Dia Internacional dos Monumentos e Sítios».

É uma iniciativa do IPPAR, que comemorará o Dia em várias localidades, sendo uma delas a cidade de Aveiro. Esta efeméride representa o momento anual de celebração da diversidade patrimonial. Trata-se de um marco comemorativo do património nacional, celebrando também a solidariedade internacional em torno da salvaguarda e da valorização do património.

A Câmara Municipal de Aveiro e o Museu de Aveiro aderiram com a

organização de duas actividades na Igreja das Carmelitas. Assim, das 14.00 às 19.00 horas, realizar-se-á “Memórias da Igreja das Carmelitas”, que consiste na abertura da Igreja das Carmelitas, convidando à partilha de memórias e lembranças vividas naquele espaço. Às 17.45 horas, terá lugar “As Carmelitas de Aveiro no Espaço e Tempo...”, uma visita guiada à Igreja das Carmelitas num contexto espaço-temporal do desenvolvimento urbano de Aveiro. O ponto de encontro será na referida Igreja. Ambas as acções, destinam-se a toda a população.

“Território, um património plural”, o tema escolhido pelo IPPAR para o ano de 2007, pretende explorar a ideia-base de que todas as comunidades possuem os seus monumentos de referência, mas que é importante ter em consideração que tais realizações não estão isoladas do tecido cultural que as envolve e que as justifica.

Este património sempre participou activamente no território, organizando-o. A humanização da paisagem integra, por isso, uma dimensão profunda tanto na nossa memória colectiva como nas opções políticas de planeamento. Há uma visão cada vez mais globalizante sobre o território, sobre os aspectos urbanísticos, paisagísticos compreendê-lo nas múltiplas vertentes que caracterizam e sociológicos.

O Programa Temático pressupõe, por isso, “sair” do monumento e tentar a sua envolvente, num passo

consciente rumo à mudança e à escala do conceito de Património.

Concurso de Fotografia “Os melhores momentos da Feira de Março”

A Câmara Municipal de Aveiro realiza o Concurso de Fotografia “Os Melhores Momentos da Feira de Março”, promovido pela Junta de Freguesia de Cacia.

Com o intuito de fazer a capa do Guia de Cacia, a Junta de Freguesia lança o desafio aos amantes da fotografia: fotografar os melhores momentos da Feira de Março que se encontra a decorrer até 25 de Abril, no Parque de Exposições de Aveiro. A participação é gratuita.

A entrega dos trabalhos, em formato digital, deve ser efectuada até 15 de Abril, no stand do Jornal “Ecos de Cacia” e de www.cacia.pt na Feira de Março. A votação online decorrerá entre 16 a 25 de Abril em www.cacia.pt/forum. Cada concorrente pode apresentar no máximo três fotografias.

O júri constituído por três elementos (um do Jornal “Ecos de Cacia”; um da Aveiro Expo e um fotógrafo convidado) terá como critérios para eleição do vencedor a qualidade, a originalidade e a criatividade. O primeiro prémio é no valor de 50 euros, uma assinatura do Jornal “Ecos de Cacia” e diploma; poderão ser atribuídas menções honrosas e serão entregues diplomas de participação a todos os concorrentes.

O objectivo deste concurso consiste em fomentar, reconhecer, premiar e difundir a criatividade dos apaixonados e profissionais de fotografia utilizando os meios e os equipamentos tecnológicos existentes actualmente, sendo uma forma de fomentar a utilização da fotografia entre os visitantes da Feira de Março.

8º Congresso Nacional de Gestão de Desporto

A Câmara Municipal de Aveiro apresentou em Conferência de Imprensa o 8º Congresso Nacional de Gestão de Desporto/Congresso Ibérico de Gestores Desportivos, que irá decorrer nos dias 24, 25 e 26 de Maio, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro e no Hotel



Meliá.

Segundo Jorge Greno, Vereador responsável pelo Pelouro do Desporto, “a organização deste congresso em Aveiro vem demonstrar que possuímos condições ideais para acolher eventos de grande dimensão, como será este”. Durante três dias, “a gestão do desporto será profundamente debatida e discutida no seio de importantes e experientes gestores e profissionais desportivos”.

O oitavo Congresso Nacional de Gestão de Desporto/terceiro Congresso Ibérico de Gestores de Desporto, tem como principal finalidade estimular e promover formas de intervenção que assegurem maior conhecimento e coordenação dos agentes desportivos regionais e



locais, no combate às dificuldades de desenvolvimento do desporto e no aproveitamento das oportunidades insuficientemente exploradas, resultantes das especificidades próprias de cada contexto.

O congresso procura corresponder às preocupações e expectativas profissionais dos agentes e entidades desportivas, e tem como embaixador Paulo Sousa, actual treinador das camadas jovens da Federação Portuguesa de Futebol e ex-jogador internacional de futebol. Os preços das inscrições oscilam entre os 20 e os 125 euros, variando consoante a data de inscrição (antes ou depois de 15 de Abril), serem sócios da APOGESD ou associações espanholas similares; estudantes sócios ou não; profissionais ou outros.

Organizado pela APOGESD – Associação Portuguesa de Gestão de Desporto com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro, o congresso tem como tema principal “O Valor do desporto no Século XXI” que estará assente em quatro grandes áreas.

Assim, as áreas abordadas serão o Desporto e Capital Humano, dando destaque à subida do nível das competências, qualificação e formação profissional dos agentes desportivos e à promoção do profissionalismo das estruturas desportivas, fomentando, igualmente,

o valor do desporto como campo privilegiado para a reinserção social e profissional de desempregados e outros grupos com dificuldade de inserção sócio-profissional, através de acções de desenvolvimento e integração social.

Desporto e Inovação também será uma área aflorada que visará a alteração do perfil do gestor / dirigente desportivo em direcção às actividades de futuro, procurando contribuir para o desenvolvimento de uma estratégia de transformação estrutural do desporto, de modo a favorecer a competitividade das organizações desportivas, através do estímulo à inovação e à iniciativa.

Será dado destaque ao valor do Desporto e Saúde, valorizando-se a prática do desporto e, por fim, outros dos temas será o Desporto e Território que terá como objectivo a sensibilização para a promoção do desenvolvimento desportivo sustentável das regiões, com realce para a requalificação do parque desportivo.

Para quaisquer informações e o programa do congresso, devem ser contactados João Oliveira, Carla Silva ou Arménio Bajouca, em imprensa@cm-aveiro.pt - CM/A

Notícias de Lisboa

Túnel do Marquês abre dia 25 de Abril

Dois anos e meio de atraso por manobras “legais” de Sá Fernandes



O presidente da Câmara, Carmona Rodrigues, anunciou que o túnel do Marquês vai abrir ao tráfego no dia 25 de Abril.

“O túnel do Marquês vai abrir finalmente no dia 25 de Abril”, disse Carmona Rodrigues, durante a inauguração do espaço Toyota, da Slavador Caetano, na Avenida da República, em Lisboa.

A saída do túnel na avenida António Augusto de Aguiar não irá abrir porque falta escavar uma extensão de cem metros na avenida Fontes Pereira de Melo. Este trabalho, porém, não depende da Câmara ou dos empreiteiros do túnel, mas sim das obras necessárias de reforço

da estrutura da galeria da Linha Amarela do Metropolitano de Lisboa, que ainda não estão prontas.

O responsável camarário pela obra, Vítor Damião, afirmou, no final de Março, não saber ainda quando a saída poderá ser aberta, acrescentando que depende do Metropolitano, que já lançou concurso para as obras.

Vítor Damião adiantou que feitas as obras no metro, que deverão demorar “um mês e meio ou dois meses”, o trabalho no Túnel do Marquês deverá estar pronto em “quatro ou cinco meses”, tempo necessário para a escavação, consolidação e acabamentos.

Na altura, o vereador com o pelouro das obras municipais, Pedro Feist (PSD), afirmou que “não houve derrapagem” nos custos da obra em si, mas um atraso de “dois anos e meio” na construção, motivado pela providência cautelar interposta por José Sá Fernandes, hoje vereador do Bloco de Esquerda na câmara, e por atrasos do empreiteiro.

“O custo total da obra ainda não está fechado”, afirmou, lembrando que a Câmara e a construtora CME disputam em tribunal arbitral reclamações mútuas.

E o litigante José Sá Fernandes, o grande culpado do atraso, passa incólume, isento de qualquer acusação e sem ter que arcar com responsabilidades pelo mal que fez à cidade, ao seu erário e aos utentes potenciais do túnel.

- Povo Livre, com Lusa

Vereadores do PSD recomendam proposta municipal à AGERE

Os Vereadores do PSD apresentam à apreciação do Executivo Municipal, na reunião de Câmara de amanhã, uma proposta de Recomendação a formular pela Câmara Municipal de Braga à Administração da AGERE - Empresa Municipal de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, relativa à periodicidade de recolha de lixo

Curiosamente, esta semana ficará assinalada pela realização de duas reuniões do Executivo Municipal: a tradicional reunião ordinária quinzenal, na próxima Quinta-feira, e uma extraordinária, que teve lugar ontem, terça-feira.

Nesta reunião extraordinária foram apreciados o Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Braga relativos ao exercício de 2006 e os Documentos de Prestação de Contas das Empresas Municipais TUB, PEB e BRAGAHABIT relativos ao mesmo exercício.

A propósito de curiosidades, e pese embora o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga tenha optado por assumir como fundamento para a convocação desta reunião uma alegada incompetência dos responsáveis camarários (que se terão esquecido que, ao abrigo da Lei, os documentos de prestação de contas têm que ser apreciados pela Assembleia Municipal até ao dia 30

de Abril), a verdade é que fica no ar a dúvida se este agendamento destes temas para uma reunião extraordinária se prendeu com uma tentativa de evitar a sua discussão numa reunião pública do Executivo (como a da próxima Quinta-feira), ou se foi apenas uma tentativa de limitar a possibilidade de apreciação rigorosa dos mesmos pelos Vereadores da Oposição.

Afinal, não deixa de ser lamentável que o Senhor Presidente da Câmara tenha escolhido uma reunião com tal relevância temática para violar o acordo de cavalheiros que vigora há vários anos e que tem levado a Autarquia a disponibilizar a documentação de suporte para as reuniões do Executivo Municipal com uma semana de antecedência a todos os Vereadores. Desta feita, as largas centenas de páginas que compõem os vários documentos em apreço e que, infelizmente, não têm correspondência na quantidade e qualidade das actividades que procuram descrever, apenas foram entregues no final da passada Quinta-feira, a 4 dias de uma reunião em que também é discutido o Relatório sobre o cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição.

A este nível, ficamos igualmente esclarecidos quanto ao respeito que o Senhor Presidente da Câmara tem por este órgão executivo quando constatamos que esta reunião foi agendada para as 12 horas de Terça-



feira, ao invés do habitual horário das 9:30 h.

Desde já agradecemos, pois, a V/

melhor atenção para o documento em anexo. - Os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Braga,

Texto da Recomendação

É o seguinte o texto da recomendação a que acima se refere:

Considerando que: i) cumpre à AGERE – Empresa Municipal de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM a recolha diária dos resíduos sólidos depositados na via pública, nos termos da sua missão estatutária e das compensações específicas que auferem para esse efeito da Câmara Municipal de Braga;

ii) o recurso à publicação de anúncios nos jornais locais e à sua divulgação nas rádios de Braga se tem revelado uma prática manifestamente insuficiente para desincentivar a deposição de lixo na via pública em dias em que não ocorre recolha, por parte de uma parcela significativa dos cidadãos;

iii) a verificação desses comportamentos pouco cívicos não pode ser dissociada de tais ocorrências estarem normalmente associadas a períodos festivos em que aumenta o volume de lixo produzido nas diferentes habitações, criando dificuldades acrescidas para a sua retenção nas residências;

iv) a deposição de resíduos na via pública em dias em que não existe recolha – quando esta é interrompida por mais que dois dias consecutivos – acarreta uma imagem de especial degradação para o conjunto do Concelho e incrementa o risco de ocorrência de problemas no domínio da saúde pública que urge combater;

v) aos períodos festivos em que estas interrupções de serviço mais prolongadas têm tido lugar está igualmente associado um volume acrescido de visitas de turistas ao nosso Concelho que só podem ficar chocados com a imagem deplorável e terceiro mundista que perpassa das principais vias da cidade;

/.../ o Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 19 de Abril de 2007, entende formular uma Recomendação formal ao Conselho de Administração da AGERE – Empresa Municipal de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM, para que diligencie no sentido de assegurar que em circunstância alguma o número de dias sem recolha de lixo na via pública possa ultrapassar os dois dias consecutivos, situação esta que, ela própria, deve assumir um cariz verdadeiramente excepcional face à recolha diária (com excepção dos Sábados). – Fonte: CPS/Braga/PSD



Notícias de Santarém

Criada empresa municipal para águas e saneamento

A Câmara Municipal de Santarém vai criar uma empresa municipal para exploração e gestão das redes de águas e saneamento, abrindo a entrada de 49 por cento de capital privado na nova estrutura.

A decisão de criar a nova empresa foi tomada segunda-feira, em reunião de Câmara, numa votação marcada por duras acusações (proferidas pelo presidente da autarquia (PSD) e pela vereadora da CDU) à forma como a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) conduziu o processo de criação da empresa intermunicipal Águas do Ribatejo, de que Santarém decidiu desligar-se em Janeiro.

A deliberação de criação da empresa Águas de Santarém teve a oposição dos vereadores do PS.

A criação da empresa municipal, seguida da abertura imediata de concurso público internacional para escolha do parceiro privado que irá deter 49 por cento do capital, terá agora de ser ratificada pela Assembleia Municipal, que reúne no próximo dia 27.

Numa reunião que contou com a presença dos técnicos que elaboraram a proposta de constituição da empresa, uma das primeiras a nível nacional a surgir ao abrigo da nova legislação que rege a criação de empresas municipais, foram sublinhadas como vantagens do modelo para a autarquia o facto de estar garantido que esta deterá sempre o controlo do capital social, ficando ainda com a possibilidade de recompra futura (call option).

Outra vantagem apontada é o facto de a tarifa a praticar ser o critério com maior peso (50 por cento) no concurso, o que, segundo os autores do modelo, é garantia de que será praticado o melhor preço (igual ou inferior ao actual) para o consumidor.

A Águas de Santarém parte com um capital social de 27,7 milhões de euros (valor dos activos tanto dos Serviços Municipalizados, que exploram e gerem o abastecimento de água, como dos serviços de saneamento da autarquia), prevendo-se, com a entrada do privado, um encaixe de 16,3 milhões de euros.

Segundo o economista Walter Palma, a empresa terá uma capacidade de investimento global da ordem dos 68 milhões de euros (42 milhões nos primeiros quatro a cinco anos, 18 milhões dos quais a autarquia acredita conseguir recuperar dos fundos de coesão), sendo objectivo passar de uma cobertura actual de 96



para 98 por cento (águas) e de 66 para 88 a 90 por cento (saneamento).

Walter Palma apontou a rentabilidade prevista, da ordem dos 10 a 12 por cento, como “atractiva para qualquer potencial parceiro”.

A situação dos 161 trabalhadores (151 dos serviços municipalizados e 10 do município) é outra vantagem apontada, estando garantida a integração de todos os funcionários, que poderão optar por permanecer nos quadros da autarquia ou pela realização de contratos individuais de trabalho.

O presidente da Câmara Municipal de Santarém, Francisco Moita Flores (eleito pelo PSD), voltou a criticar duramente o facto de a CULT ter omitido, desde Abril de 2004, que o Governo português não havia aceite a candidatura a 18 milhões de euros do fundo de coesão relativo ao abastecimento de água, continuando a inscrever esse valor no caderno de encargos do concurso que realizou.

A rejeição da candidatura tinha a ver com a proliferação de captações de água, o que reduz a garantia de controlo de qualidade exigida pela União Europeia, o que, disse, o projecto actual da Câmara de Santarém garante ao reduzir de 15 para cinco sistemas e ao prever a compra de água à Empresa Portuguesa de Águas Livres (EPAL).

Moita Flores condenou igualmente os atrasos na concretização de obras de saneamento, sob o risco de se perderem os fundos de coesão obtidos pela Lezíria, questionando as razões que levam ao não-arranque do sistema Póvoa de Santarém/Verdelho, que tem há vários meses visto do Tribunal de Contas.

“Gostava de perceber qual é golpada, depois de voluntariamente terem perdido os fundos destinados às

águas”, afirmou, não poupando críticas ao administrador delegado da CULT, aludindo mesmo a “negócios graves” sobre os quais terá documentação guardada “num cofre do Estado”.

A vereadora da CDU, Luísa Mesquita, justificou o seu voto favorável à criação da Águas de Santarém por entender que a empresa salvaguarda os interesses do município, dos municípios e dos trabalhadores, bem como os dinheiros públicos e os fundos comunitários, ao contrário do que sucedia com a Águas do Ribatejo.

Uma diferença essencial, apontou, é o facto de neste modelo estar sempre garantido o controlo da empresa por parte do município, o que não acontecia no projecto intermunicipal (que agruparia nove municípios da Lezíria), onde Santarém possuía apenas 16 por cento do capital social e “bastava apenas um município, mesmo o mais pequeno, aliar-se ao privado para este passar a controlar”.

O PS votou contra, justificando a sua posição com a convicção de que o projecto proposto pela CULT “era melhor”. – **Fontes: Lusa, Público, RDP 1 (Regiões)**

A nova política de coesão e o seu impacto nas regiões

A CPD de Santarém, na sua actividade de esclarecimento e estudo dos problemas regionais e nacionais, realizou, no princípio desta semana, um Seminário subordinado ao tema «QREN: os desafios da nova política de coesão e o seu impacto nas regiões».

O seminário, que teve um êxito assinalável, iniciou-se na segunda-feira, pelas 21 horas, no Salão da Esperança – antigo Teatro Taborda –

junto ao Colégio Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Abrantes.

Do programa constava, após a recepção dos Convidados, a abertura, com Vasco Cunha, Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Santarém e Nuno Rainho Lopes, Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Abrantes.

Do programa constaram as intervenções de Gerardo Galeoti, Deputado do Parlamento Europeu e Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu e Luis Mira Amaral, Ex-Ministro da Indústria e Administrador de Empresas, que falou sobre “As perspectivas Europeia, Nacional e Regional-Municipal”.

Foi Moderador, António Paiva, Presidente da Câmara Municipal de omar, membro do Comité das Regiões Europeias, onde é Presidente da omissão de Assuntos Constitucionais.

Resumo das intervenções de Galeoti e Mira Amaral

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, na sua intervenção, acusou os governos socialistas de Portugal e Espanha de não estarem a defender “devidamente” os interesses dos seus agricultores.

Gerardo Galeoti também lamentou a redução dos fundos para o desenvolvimento rural inscrita no Quadro de Referência Estratégica para 2007/2013.

Galeoti frisou o facto do orçamento para uma Europa a 27 ser conter os meios financeiros de 1985, antes da entrada de Portugal e Espanha, quando os desafios que se apresentam pela frente são imensos, com 12 países com níveis de desenvolvimento inferiores à média comunitária.

A Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu quer garantir que a coesão continue um pilar essencial da política europeia, não devendo, no seu entender, concentrar-se exclusivamente nos novos Estados membros, devendo a solidariedade estender-se a todos.

Tal como Galeoti, também o ex-ministro da Indústria de Cavaco Silva, Mira Amaral, o outro convidado da sessão de hoje, criticou o facto de 40 por cento do orçamento comunitário ser ainda destinado à reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

Para Mira Amaral, a PAC “é o problema central na discussão financeira comunitária”.

No seu entender, mais do que apoiar produções excedentárias, a União Europeia deveria desenvolver estratégias de incentivo ao desenvolvimento do mundo rural e, em particular, de culturas alternativas, competitivas externamente, como é o caso das que alimentam os biocombustíveis como alternativa energética.

Mira Amaral, pela primeira vez presente numa iniciativa partidária desde que se afastou da política, criticou a lógica “intelectualmente bonita” da Agenda de Lisboa, frisando que o problema da competitividade “não se resolve só com mais dinheiro na investigação”.

“O problema central é afectar bem os recursos escassos para desenvolver a economia”, disse.

Mira Amaral afirmou que o país fez um “razoável trabalho de casa” no que toca às vias de comunicação e telecomunicações, energia, Internet, tendo agora carências por resolver nas áreas do Ambiente, saneamento e águas.

“É aí que os financiamentos comunitários têm que apostar em Portugal e não em fazer mais do mesmo”, sublinhou.

*
No encerramento e conclusões finais, participaram Carlos Coelho (Euro-deputado, Conclusões Finais) e Vasco Cunha (Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Santarém) – CPD/Santarém



Notícias de Setúbal

Governo deve equacionar nova travessia do Tejo Algés-Trafaria

O deputado do PSD eleito por Setúbal, Luís Rodrigues defendeu que o Governo deve ponderar a construção de uma travessia rodoviária Algés-Trafaria como uma das alternativas para descongestionar o trânsito na ponte 25 de Abril e no troço da A2 Almada-Fogueteiro.

“A alternativa Algés-Trafaria não pode ser descartada pelo Governo, sabendo-se dos problemas existentes - congestionamento da ponte 25 de Abril e da auto-estrada do sul (A2), no troço Almada- Fogueteiro”, disse o deputado social-democrata.

“Grande parte do tráfego que atravessa a ponte 25 de Abril não se destina à cidade de Lisboa, mas sim à coroa Norte da segunda circular, principalmente ao eixo Lisboa-Cascais”, acrescentou Luís Rodrigues, que falava à Lusa após uma reunião de uma delegação do Grupo Parlamentar do PSD com a administração da Lusoponte.

Para o deputado social-democrata, que salientou o facto do troço da A2 Almada-Fogueteiro e da ponte 25 de Abril registarem um volume de tráfego acima do limite máximo estabelecido para uma auto-estrada com três vias em cada sentido, “os dados revelados pela Lusoponte demonstram que grande parte dos utentes não querem nem precisam de utilizar a ponte 25 de Abril”.

“Como é evidente compete ao governo fazer todos os estudos, tal como também estamos a pedir e a exigir em relação ao novo aeroporto, e a soluções alternativas que podem existir, inclusivamente em relação a algumas soluções mitigadoras, como a Portela mais um, eventualmente utilizando o Montijo (Base Aérea)”,



frisou.

O presidente da Lusoponte, Joaquim Ferreira do Amaral, escusou-se a manifestar qualquer opinião relativamente às novas travessias do Tejo, afirmando que a concessionária se limita dar todas as informações requeridas pelos deputados e pelo Estado.

“A Lusoponte está aqui para colaborar com o Governo, que é a atitude normal de um concessionário com um contrato de longo prazo, dando toda a colaboração e informações sobre estudos de tráfego e avaliações técnicas”, disse.

Ferreira do Amaral admitiu, no entanto, que há uma dificuldade muito grande na gestão de tráfego na ponte 25 de Abril, principalmente nas horas de ponta.

“O tráfego na ponte 25 de Abril registou um pequeno retrocesso no último ano fora das horas de ponta, mas a verdade é que também aumentou nas horas de ponta, de

manhã e de tarde, o que acrescenta dificuldades na gestão desse serviço”, disse Ferreira do Amaral.

“No nosso entender, teria de se encarar uma solução para este problema, mas uma decisão nesta matéria compete exclusivamente ao governo e órgãos de soberania em geral”, sublinhou o antigo ministro das Obras Públicas dos Governos PSD liderados por Cavaco Silva. – **Fonte: Lusa**

Montijo Tem Geração de Futuro, afirma a Concelhia da JSD

Na princípio do mês, a Juventude Social-Democrata de Montijo, procedeu ao lançamento da sua primeira campanha de Sensibilização para os jovens do Concelho de Montijo – GERAÇÃO FUTURO.

Pelo Concelho, foram distribuídas um total de quinze estruturas, dando a conhecer a Estrutura da JSD Montijo,

bem como apresentar o seu novo site – <http://www.jsdmontijo.com> que recentemente foi colocado on line, onde se espera que um novo espaço de debate sobre o Concelho seja formado.

A JSD Montijo tem a perfeita noção que os jovens desempenham um papel cada vez mais importante na actividade política, e a sua participação leva-nos a questionar quais as melhores diretrizes e linhas de acção a seguir.

Os próximos meses e anos aproximam-se como um período de grande importância para o crescimento e desenvolvimento do Concelho, e a JSD Montijo com o lançamento desta campanha não quer ficar indiferente ao mesmo, iniciando um trabalho nunca antes visto no Concelho. Pretende, sobretudo, que os Jovens se consciencializem cada vez mais da necessidade urgente da sua participação a nível político na Sociedade.

A JSD Montijo não pretende que os jovens continuem com uma postura apática, acrítica; pretende e deseja a sua colaboração, as suas ideias e o seu contributo; quer saber quais as suas preocupações e assim saber quais as suas respostas políticas para questões que a todos nós preocupam.

O reforçar da nossa actuação político e partidária torna-se assim, imperativo, obrigatório, para que o atingir dos nossos objectivos, o alcançar das nossas metas se transforme numa tarefa mais exequível.

Como tal, não podemos limitarnos a ver os jovens como observadores e meros cidadãos que exercem o seu poder cívico; “votar por apenas votar”. Os jovens têm de largar o seu papel de espectador para passarem a ser os protagonistas... - **JSD/Montijo**



Notícias do Fundão

Parquímetros estreiam-se na cidade hoje, quarta-feira

O estacionamento no Fundão vai ser pago a partir de hoje, segundo está a anunciar, através de folhetos, a EMSA - Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, empresa responsável pelos parquímetros instalados na cidade.

Entre as 8:00 e as 19:00 vão ser cobrados 15 cêntimos por cada 15 minutos na primeira hora de estacionamento, valor que sobre para 25 cêntimos por igual período nas horas seguintes.

O presidente da Câmara do Fundão, Manuel Frexes (PSD) já justificou a criação de estacionamento pago como "uma maneira de dar à cidade mais qualidade de vida", nomeadamente permitindo a rotatividade dos lugares.

Os parquímetros vão começar a funcionar hoje, depois da Câmara do Fundão ter adjudicado em Setembro de 2006, por maioria, com dois votos contra da oposição socialista, a concessão do estacionamento da cidade à EMSA - Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, SA, empresa do grupo Mota-Engil, que já fazia a exploração provisória do silo-auto local desde a sua inauguração, em 2005.

Nesse parque subterrâneo, no centro da cidade, os primeiros dois períodos para 15 minutos serão cobrados a 25 cêntimos e os restantes a 20 cêntimos.

"Com o objectivo de garantir a rotatividade os lugares à superfície, o estacionamento no silo-auto será mais económico para períodos de longa duração", justifica o folheto.

O estacionamento vai ser pago na zona do Tribunal e Pavilhão Multiusos, Rua dos Três Lagares, Rua 5 de Outubro, Rua Teodoro Mesquita, Rua Jornal do Fundão, Rua António Paulouro, Travessa das Oliveiras e em parte da Avenida da Liberdade. - Fonte: Lusa

Notícias do Porto

Assembleia Distrital critica falta de investimentos na região



O líder da distrital do PSD/Porto, Agostinho Branquinho, acusou hoje o Governo de abandonar a região Norte do país, afirmando que os investimentos públicos "recuaram para níveis dos efectuados em 1997".

Em declarações à Lusa a propósito da Assembleia Distrital do PSD/Porto, que decorreu até hoje de madrugada no Auditório Municipal de Gondomar, Agostinho Branquinho disse que "as promessas que o PS fez para a região estão praticamente todas por cumprir".

Na sua opinião, o primeiro "dado objectivo" é verificar que os investimentos públicos para a região recuaram.

Em discussão esteve também o facto da região manter a mais elevada taxa de desemprego do país, acrescentou o responsável, o que demonstra o "abandono por parte do Governo à região".

Segundo Agostinho Branquinho, em certas regiões do distrito do Porto, como o Vale do Ave, observa-se novamente o fenómeno da emigração, o que não acontecia há décadas.

"As pessoas saem do país em busca de emprego, de uma melhor qualidade de vida", sustentou o presidente da maior distrital social-democrata do país.

A Assembleia Distrital do PSD/Porto contou com a presença de mais de 300 pessoas.

Metro do Porto: PSD exige "concretização imediata" da linha de Gondomar

O PSD/Gondomar exigiu ao ministro das Obras Públicas que "providencie a concretização imediata" da linha de metro para

servir aquele concelho, seguindo a calendarização de obra proposta pela Junta Metropolitana do Porto (JMP).

Em comunicado, a concelha social-democrata de Gondomar exige que o ministro Mário Lino "providencie a concretização imediata do troço que, a partir do Estádio do Dragão, servirá as freguesias de Rio Tinto, Baguim do Monte e Fânzeres.

Na avaliação do PSD/Gondomar, a linha para aquele concelho "deve ser considerada como primeira prioridade nos futuros investimentos que vierem a ser realizados pela empresa Metro do Porto", tendo em conta a "inexistência de acessibilidades condignas à cidade do Porto" e a circunstância de a maioria da população trabalhar fora do município.

No comunicado, o PSD/Gondomar manifesta "sérias reservas" quando ao desfecho que pode vir a ter a decisão do actual Governo que, nesta matéria, "vai permanentemente adiando os investimentos já previstos e aprovados para a construção da linha de metro para Gondomar".

Mário Lino rejeitou esta semana uma proposta da JMP que previa o início da construção da Linha de Gondomar já em Dezembro deste ano, mas desmentiu notícias que lhe atribuíam a intenção de protelar a expansão da rede de metro para 2009, afirmando que quer concretizar obras "tão breve quanto possível".

Reagindo a estes desenvolvimentos, o presidente da Câmara de Gondomar e da administração do Metro, Valentim Loureiro (independente, ex-PSD) manifestou quarta-feira a sua convicção de que a expansão da rede de metro vai avançar, ainda que com

algum atraso.

Valentim Loureiro disse ter a "certeza absoluta" de que o governo vai realizar as obras, estando apenas limitado por condicionalismos financeiros.

Contas de 2006 da Câmara do Porto

O Relatório e Conta da CMP relativo ao ano de 2006 consigna, comparativamente a 2005, uma quebra da receita efectiva do município na ordem dos 3,1%, o que, em termos reais, se traduz numa diminuição de 6,2%, devido à taxa de inflação.

O documento, que constou da agenda de trabalho da reunião de Câmara de terça-feira passada dia 10 de Abril, refere que, em termos nominais, a receita corrente subiu 0,6%, tendo-se registado uma quebra de 29,5% nas receitas de capital.

Esta situação menos positiva das receitas é, todavia, contrabalançada pelo lado da despesa, que registou uma quebra de 8,7% relativamente a 2005. A despesa corrente caiu 5,6% e a despesa de capital 11,7%. Ou seja, a situação do município manifestou uma melhoria pelo facto de os efeitos obtidos com a redução da despesa se terem sobreposto aos traduzidos no capítulo da receita.

Neste sentido, o município reduziu, em termos nominais, a sua despesa em 8,7%, o que significa que, em 2006, se gastou o mesmo que em 2003. No entanto, levando em linha de conta os valores da inflação registados ao longo desses três anos, significa que a redução da despesa, em termos reais, se cifrou em cerca de 9%.

Extrapolando esta situação para o âmbito nacional, Rui Rio considerou que o País estaria numa situação «muito mais confortável se o Governo tivesse conseguido fazer com as contas públicas o que o Executivo camarário conseguiu fazer a nível municipal, ou seja, se o OE de 2006 tivesse um nível de despesa igual ao OE de 2003», o que, na sua perspectiva, acabaria com a crise conjuntural das finanças públicas, embora se mantivesse o problema estrutural.

«Nesse cenário, não tenho qualquer dúvida de que o IVA seria baixado de imediato», observou o Presidente da CMP.

Quanto ao saldo global efectivo, a diferença entre a receita e a despesa (expurgando os movimentos financeiros) melhorou: enquanto em 2005 a CMP já tinha tido um saldo

positivo de 816 mil euros, conseguiu-se, em 2006, um aumento para 11.732 euros.

Nota-se, também, uma evolução no saldo primário de 4,2 milhões de euros, em 2005, para 16,2 milhões de euros, em 2006.

Redução de despesas com trabalho extraordinário

Em termos de despesas com o pagamento de horas extraordinárias – uma opção política claramente assumida em finais de 2005 e que provocou alguma agitação em certos meios – o documento espelha igualmente, neste capítulo, uma redução de 1,8 milhões de euros, ou seja, 55,34%.

Ao nível de investimento, as maiores fatias foram canalizadas para a Coesão Social (e neste particular para a reabilitação dos bairros sociais) e para a Requalificação Urbana, com a reposição do capital social da Porto Vivo, SRU.

No capítulo da Evolução da Dívida a Médio/Longo Prazo, regista-se também uma melhoria. Em finais de 2005, o valor da dívida era de 155,7 milhões de euros e, em 2006, de 145 milhões, uma redução conseguida à custa da canalização de 10,7 milhões de euros para a consecução desse objectivo.

Bairro Parreira e Antunes (949.256 euros) – matéria que, de resto, está a ser derimida em tribunal – e, finalmente, os 8 milhões e 700 mil euros relativos ao Prohabita.

Rui Rio fez questão de deixar bem exposto que a dívida aos fornecedores – um dos maiores problemas com que se debateu quando assumiu a gestão da autarquia – só não está praticamente saldada, justamente porque o Estado não paga o que deve.

«Em números redondos, a CMP devia, em Dezembro, aos fornecedores 19 milhões de euros. Ora, se recebêssemos o que nos devem para que, da nossa parte, pudéssemos pagar a quem devemos, tínhamos o problema resolvido, já que ficávamos apenas a dever cinco milhões de euros», referiu o autarca.

«Assim não é possível fazer milagres, a não ser que continue numa estratégia de contenção e a dada altura não gaste, não invista, não faça nada, para ter fundo de maneiço para fazer face àquilo que o Governo não paga à Câmara», concluiu.

Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro reuniu Assembleia-Geral no Porto



Estado deve à Câmara do Porto 14,5 milhões de euros

Um dos aspectos mais preocupantes para ao Presidente da CMP – que, aliás, não escondeu alguma indignação quando abordou o assunto – diz respeito ao montante da dívida da Administração Central para com a autarquia portuense e que, no total, ascende a 14,5 milhões de euros.

Essa dívida global, que representa um factor altamente constrangedor a nível das receitas municipais, envolve, entre outros pontos, a comparticipação do Governo na instalação, em 2003, dos radares na VCI (580.664 euros), a dívida do Ministério da Saúde referente ao

A cidade do Porto, mais precisamente o Palácio do Freixo, foi palco da reunião da Assembleia-Geral Anual da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD), subordinada ao tema genérico «Desenvolvimento Global e Coesão Territorial no Douro 2007-2013».

Essa estrutura, constituída em 1994 e da qual o Porto é membro fundador, tem um carácter transfronteiriço e nasceu da vontade de vários municípios de Portugal e Espanha centrarem as suas atenções num património comum – o Rio Douro – com o qual a cidade possui, como afirmou o Presidente da CMP na sua qualidade de anfitrião, «uma relação umbilical».



«Foi essa relação umbilical que nos levou a aceitar e a consolidar parcerias institucionais e a trabalhar de braço dado com outras entidades, como é exemplo a recente integração na Fundação Luso Espanhola Rei Afonso Henriques», observou Rui Rio, referindo-se à entidade presidida por Arlindo Cunha.

«Estamos conscientes do potencial cultural, económico e turístico que o Douro encerra, pelo que uma actuação conjunta entre diversos agentes se poderá traduzir numa contribuição para o desenvolvimento local», adiantou.

A AIMRD, actualmente presidida pelo município de Penafiel, tem como objectivo primordial a promoção do desenvolvimento integrado e sustentável da região ribeirinha do Douro /Douro. Cabe-lhe, igualmente, impulsionar a adopção de um compromisso ecológico essencial para as populações ribeirinhas, da nascente até à foz.

A sessão de encerramento, moderada pelo Presidente da AIMRD, Alberto Santos, incluiu ainda intervenções do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Rui Baleiras, que presidiu à cerimónia, do Chefe do Projecto da «Unidade de Missão Douro» da CCDD-N, Ricardo Magalhães, e do Director Geral para a Economia e Assuntos Europeus da Junta Castilla e León, Victor Valverde.

Avenida Fernão de Magalhães aberta à circulação descendente

Desde o dia 4 que voltou a poder circular-se de automóvel nos dois sentidos, na Avenida Fernão de Magalhães, concretamente na zona compreendida entre a Praça Francisco Sá Carneiro e o Campo 24 de Agosto. Esta foi, de resto, uma questão bastante discutida e que, agora, acaba de conhecer uma resolução.

A liberalização do trânsito fica apenas condicionada a transportes públicos e a veículos prioritários entre as 7 e as 10 da manhã, devido ao

período considerado de hora de ponta e ao indispensável acesso dos transportes colectivos ao terminal do Campo 24 de Agosto.

A faixa ascendente irá também ser reformulada, através da criação de novas áreas de estacionamento nas zonas mais largas, permitindo com maior facilidade o acesso a comércio, serviços e habitações.

A Direcção Municipal da Via Pública (DMVP), tendo em conta a nova realidade que se vive no trânsito daquela zona, nomeadamente com a construção de novas vias, a requalificação de outras e o estabelecimento de novos acessos à VCI, elaborou um estudo de forma a voltar a conferir uma estrutura de via urbana a uma artéria que se havia transformado apenas num canal de atravassamento.

Lino Ferreira, Vereador do Pelouro do Urbanismo e Mobilidade, determinou que o corredor dedicado ao BUS, que até agora vigorava no sentido descendente daquela Avenida, deixasse de ser dedicado exclusivamente a transportes públicos, a partir das 10 horas da manhã, altura a partir da qual não se justifica tecnicamente esta exclusividade.

Recordando que estas alterações surgiram na sequência de inúmeros pedidos por parte dos comerciantes e da Junta de Freguesia do Bonfim, o autarca justifica o retorno dos automóveis à faixa descendente da Avenida Fernão de Magalhães com o estudo efectuado pela DMVP e com a valorização da zona.

«Foram avaliados os fluxos de trânsito quer no corredor dedicado a BUS, quer nos corredores de utilização comum. De facto, os corredores dedicados a BUS, embora facilitem a mobilidade dos transportes públicos, deverão apenas ser considerados quando deles resulte um claro e inequívoco benefício para este tipo de mobilidade, sob pena de se perder a franca circulação, com naturais prejuízos para a vivência da cidade e para o desenvolvimento do comércio local», referiu o Vereador.

- CMPorto



Notícias dos Açores

«Aparelho socialista» (“Boys”...) reflecte compadrios, protecção política, milhões de euros mal gastos e nomeações discricionárias e políticas, que o PSD vai desmascarar

O líder do PSD/Açores anunciou que o grupo parlamentar social-democrata vai promover uma sessão de perguntas ao governo regional no plenário da Assembleia Legislativa dos Açores, na próxima semana, com o objectivo de apurar os gastos do executivo com pessoal de confiança política.

Falando numa conferência de imprensa, em Angra do Heroísmo, antes da partida para o Canadá, Costa Neves justificou a urgência das referidas perguntas com a ausência de respostas concretas do governo regional a quatro requerimentos enviados pelo grupo parlamentar do PSD/Açores, em Novembro de 2006. Os documentos solicitavam diversas informações relativas às despesas com “as dezenas de nomeações discricionárias e políticas que multiplicaram, nos últimos anos, o ‘aparelho’ do governo socialista para cerca de 500 pessoas”.

O líder social-democrata lembrou que “a cúpula da administração pública alberga um extenso rol de agentes que, e mesmo com honrosas excepções, gravitam em torno da máquina socialista, entrando muitas delas directamente para chefes de serviço, em regime de substituição, até criarem o vínculo necessário à sua efectivação no lugar”.

Para além disso, referiu Costa Neves, “são encomendados estudos e pareceres a entidades externas à administração pública que, já por si, vai custar cerca de 800 milhões de euros em 2007, cerca de dois terços do orçamento regional”. “É o destino dessas verbas que queremos saber como foi e é aplicado”, afirmou o presidente do PSD/Açores.

Costa Neves justificou estes pedidos de esclarecimento com a necessidade dos açorianos poderem “saber como é gasto o dinheiro dos contribuintes. Para o líder social-democrata, a “super-estrutura da administração pública serve actualmente os interesses políticos do PS de uma forma clara”, dado que, garantiu, os “gabinetes dos secretários regionais estendem-se numa imensa teia, ao longo das 29 direcções regionais, das cerca de 200 chefias intermédias e das 20 sociedades anónimas, havendo ainda cerca de 30 entidades empresariais públicas onde a duplicação de tarefas

é notória”.

Segundo o presidente do PSD/Açores, os sociais-democratas têm “o direito legítimo de pedir e obter informações” sobre a “máquina” governamental. “Se o governo não as dá através dos requerimentos, avançamos para as perguntas na Assembleia”, afirmou.

O líder da oposição deu ainda exemplos das respostas “inconclusivas” aos requerimentos do PSD/Açores. “Pedimos informações sobre os vencimentos dos responsáveis das 20 sociedades anónimas e quatro meses depois fomos indicado o índice de vencimentos em vigor, que já conhecíamos”, afirmou.

“Dias depois, e por decisão do governo da República, instituiu-se a publicação anual dos ordenados dos gestores públicos e logo o Gabinete de Apoio à Comunicação Social se apressou a divulgar os vencimentos”, dos administradores das sociedade anónimas criadas pelo governo socialista. Ou seja, garantiu Costa Neves, “foi precisa uma ordem do primeiro-ministro para se publicar o que nos foi recusado como resposta a um requerimento”.

Segundo o líder social-democrata, está-se perante uma situação “incomportável, em que o governo oculta propositadamente a verdade sobre estes números, de forma a utilizar a administração pública de maneira indisciplinada no tocante às nomeações, que são completamente arbitrarias”, concluiu.

Grua do porto da Urzelina avariada à três meses

O PSD/Açores pediu esclarecimentos ao governo regional sobre a avaria na grua do porto da freguesia da Urzelina, em São Jorge, uma situação que dura “há mais de três meses”.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata Mark Marques lembrou que o porto da freguesia “tem sempre grande actividade, quer na pesca profissional, mas sobretudo para pesca lúdica, servindo também para recreio e lazer” e que, à medida que o Verão se aproxima, se regista “uma maior afluência de pessoas e embarcações

de recreio” ao local.

Para Mark Marques, “três meses é tempo demais para a reparação de uma avaria numa grua com apenas cinco toneladas” e pretende, por isso, saber junto do governo regional os motivos da demora na reparação daquele equipamento, bem como para quando se prevê o seu funcionamento “em pleno”.

O deputado social-democrata lembrou ainda que esta é uma situação que está a preocupar os habitantes da freguesia da Urzelina, já que ontem “houve por parte de população residente ‘um claro manifestar de descontentamento”’.

Costa Neves visita Toronto

O líder do PSD/Açores iniciou no sábado passado, uma visita de cinco dias à cidade de Toronto, no Canadá, onde reside uma importante comunidade de emigrantes açorianos. Nesta deslocação Costa Neves vai reunir-se com diversas instituições representativas da comunidade açoriana e autoridades políticas locais.

Segundo o presidente do PSD/Açores, os emigrantes “podem ser os melhores embaixadores do seu país ou região de origem, quando têm credibilidade e este é o caso”. Para Costa Neves, os emigrantes açorianos no Canadá “têm credibilidade”, dado que “ao longo de dezenas de anos comprovaram que são pessoas que dão um contributo muito importante

para o desenvolvimento do país”. Costa Neves lembrou que os emigrantes oriundos dos Açores “têm o respeito dos canadianos” e defendeu que essa “influência deve ser aproveitada pelo país e região de origem”.

No sábado, primeiro dia da visita ao Canadá, o líder social-democrata reuniu com o deputado federal Mário Silva, natural dos Açores, e à noite participou na cerimónia de comemoração dos 31 anos de existência do Sport Club Lusitânia de Toronto. No dia seguinte, Costa Neves assistiu à missa dominical na igreja de Santa Maria e à tarde visita as Niagras Falls.

Na segunda-feira, o presidente do PSD/Açores tinha agendadas uma visita ao Queens Park e encontros com o ministro da Cidadania do Ontário e os deputados Tony Ruprecht, Peter Fonseca e Pedro Ferreira. À noite deslocou-se à Casa dos Açores de Toronto.

Na terça-feira, o líder social-democrata reuniu-se com a consuleira de Portugal em Toronto, Maria Amélia Paiva, encontrando-se depois com os órgãos de comunicação social de expressão portuguesa de Toronto, na Galeria Almada Negreiros.

No último dia da visita, hoje, Costa Neves visita a câmara de Toronto, onde vai reunir com o mayor David Miller e o vereador César Palácio, e tem agendada uma ida a Niagara City.



PSD/Açores quer prevenir riscos do trabalho agrícola

O PSD/Açores desafiou hoje o governo regional a esclarecer se já tomou medidas no âmbito da prevenção dos acidentes de trabalho na agricultura. Em requerimento à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Ventura lembrou o “silêncio” do executivo nesta matéria, dado que “este assunto já foi levado ao parlamento regional pelo PSD, não obtendo qualquer intervenção, quer da parte do governo, quer da parte da bancada do Ps. Para o PSD/Açores, a prevenção dos riscos no trabalho “deve constituir uma preocupação constante nas políticas de qualquer governo”. Segundo António Ventura, a agricultura, a pesca e a construção civil são sectores de actividade “marcados por elevadas taxas de lesões corporais no local de trabalho, principalmente dores e lesões cervico-dorso-lombares e, em especial, as hérnias discais”. Mas é particularmente na agricultura que esse tipo de lesão é mais acentuado, garante o PSD/Açores. Segundo o deputado social-democrata, cerca de “60 por cento dos trabalhadores do sector estão expostos a posturas dolorosas e aproximadamente 50 por cento transportam cargas pesadas e estão sujeitos a movimentos repetitivos”. António Ventura lembra ainda os agricultores “trabalham de forma isolada, com horários longos e distantes das respectivas habitações”. De acordo com o PSD/Açores, também na Região o trabalho agrícola está sujeito a “diversos imponderáveis totalmente alheios à vontade humana, como as condições climáticas, a transumância, a dispersão da propriedade, a inclinação das pastagens, a dimensão parcelar e os locais de trabalho que impedem a concentração de meios”. No entanto, “não existem estatísticas regionais actuais, completas e precisas, sobre o número, a frequência, as causas e a gravidade dos acidentes na agricultura”, lamenta o deputado social-democrata. Assim, o PSD/Açores pretende saber que tipo de informação e formação desenvolveu o governo regional para a prevenção dos acidentes de trabalho na Agricultura durante 2006 e que acções estão previstas para 2007. Os social-democratas tencionam igualmente saber se essas acções abarcaram as escolas e foram estabelecidas parcerias com as organizações de produtores agrícolas durante o ano passado, no âmbito da prevenção dos riscos no trabalho agrícola. O PSD/Açores tenciona ainda que o executivo revele quem representa a Região no Conselho Nacional da Higiene e Segurança no Trabalho.

Governo deve usar verbas



comunitárias para resolver problema dos lixos

O líder do PSD/Açores defendeu que a situação do tratamento de lixos na Região só poderá ser resolvida através do recurso a fundos comunitários por parte do governo regional, de modo a financiar um sistema de tratamento cujo custo

estimou em cerca de 200 milhões de euros.

“Não é possível resolver o problema do financiamento sem participação comunitária, mas não da fatia destinada às câmaras municipais e sim da parte do governo regional”, afirmou Costa Neves no final de uma reunião com a Associação de Municípios de São

Miguel (AMISM), presidida por Rui Melo, que gere o aterro sanitário da ilha.

Segundo o líder social-democrata, o Quadro de Referência Estratégico dos Açores “não contempla nenhuma previsão de financiamento”, uma situação que o governo regional “deve clarificar imediatamente” de modo a que a Região siga as “boas práticas que lhe são exigidas” pela União Europeia. O presidente do PSD/Açores lembrou que o montante de 200 milhões de euros não pode ser suportado pelas verbas da União Europeia atribuídas pelo governo regional às autarquias açorianas até 2003, que ascendem a 191 milhões de euros.

Costa Neves denunciou também que a resolução do problema dos resíduos nos Açores “tem sido sistematicamente adiada” pelo governo socialista, dado que reprovou o projecto apresentado pela AMISM há quatro anos, “perdendo-se a oportunidade de investir com verbas do anterior Quadro Comunitário de Apoio”.

Para Costa Neves, “não é possível perder mais tempo e temos que nos deixar de fazer mais planos”, razão pela qual o executivo “tem de pôr em cima da mesa compromissos e calendários”. “É fundamental, neste momento, definir quem deve fazer o quê”, alertou o presidente do PSD/Açores, visto que “visto que este é o último quadro comunitário que contempla investimentos no Ambiente”.

– Fontes: Gab. Imprensa PSD/Açores; Gab. Imprensa PSD na ALRA





Gestão de Empresas Municipais e Tribunal de Contas

Ricardo Rio (*)

Na semana que antecedeu a publicação do novo “Estatuto do Gestor Público” (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março), que se pretende virá também clarificar a situação dos membros dos órgãos de gestão das Empresas Municipais e afins, o Tribunal de Contas (TC) publicitava um Relatório de Auditoria absolutamente arrasador para as práticas de remuneração praticadas na esmagadora maioria das empresas auditadas.

Este trabalho, que incidiu sobre os vencimentos e remunerações acessórias dos titulares do órgão de gestão de 31 das 107 empresas municipais que prestaram contas a este Tribunal nos exercícios de 2003 e 2004, revelou dados de tal forma desajustados da “austeridade” pública que suscitou comentários de veemente reprovação ao Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), o Social Democrata Fernando Ruas.

Ao Jornal de Notícias, o Presidente da Câmara Municipal de Viseu expressava a sua “surpresa” e a “condenação moral” pelas práticas dos seus colegas Autarcas que, segundo os dados deste Relatório, auferiam rendimentos manifestamente acima dos limites legais.

Após a leitura da auditoria do Tribunal de Contas, não se consegue perceber qual das situações era mais grave: se a ausência generalizada de definição de quaisquer critérios de recrutamento e selecção dos gestores municipais – que permitiu a nomeação de indivíduos sem qualquer experiência profissional comprovada –, se a atribuição de remunerações que compreenderam o pagamento de prémios de gestão a administradores de empresas que acumularam situações financeiras deficitárias.

De uma forma geral, os problemas elencados por este Relatório de Auditoria podem ser tipificados em três situações, as mais comumente verificadas nas empresas analisadas:

i) a existência de remunerações (vencimentos base e despesas de representação) que excediam os limites permitidos pela Resolução do Conselho de Ministros nº 29/89;

ii) o pagamento de vencimentos a membros dos Conselhos de Administração de Empresas Municipais que, em conjunto com os cargos que estes exerciam em acumulação, normalmente nos Executivos Municipais das



Autarquias detentoras do capital das referidas Empresas, excediam 75% do vencimento do Presidente da República (incluindo despesas de representação);

iii) a atribuição de determinado tipo de regalias e remunerações acessórias que não se consideraram suportadas nas deliberações que instituíram os respectivos regimes remuneratórios (como o uso de viaturas, telemóveis, cartões de crédito e uma série de outras regalias).

À margem destes reparos encontravam-se ainda as práticas adoptadas por muitos dos titulares destes órgãos, que procuraram aproveitar certas inconsistências dos diferentes regimes legais aplicáveis para maximizar o seu nível de receita,

algo tido por “moralmente condenável” pelo Presidente da ANMP.

Como é fácil perceber, este tipo de ocorrências perpassou por responsáveis de todos os quadrantes políticos e partidários, o que mais justifica os apelos à regulação destas situações por parte do Governo que o Tribunal de Contas formula nas conclusões do Relatório.

Neste particular, chegou a ser anedótico ver um ex-autarca comunista agora condenado a um período sabático pelo voto popular, defender-se dizendo que “apenas” auferia o equivalente a um vencimento e meio de um Vereador a tempo inteiro pelo cargo que exerceu durante o período de idílio com o poder socialista em funções. No fundo, um mero caso de conversão aos tristes hábitos da burguesia que nem sequer terá tido adeptos nos seus próprios camaradas...

Independentemente da gravidade dos factos enunciados, estamos já habituados a verificar que por mais contundentes que sejam as críticas formuladas pelo TC, os visados costumam passar totalmente incólumes ao juízo da opinião pública.

Ainda assim, não é aceitável que um Relatório de Auditoria desta natureza possa pôr em causa a dignidade e o bom-nome de pessoas e instituições sem estar totalmente

fundamentado e imune a qualquer tipo de reparos.

Acontece que, relativamente a este Relatório em particular, e na sequência da divulgação das suas conclusões, foram públicas as críticas contundentes do Presidente da Câmara Municipal de Braga – uma das mais visadas no Relatório –, que considerou que o mesmo assentava num “erro de palmatória dos Auditores do Tribunal”, e que os mesmos careciam de uma “reciclagem matemática”, por não terem sabido interpretar os dados enviados pela Autarquia.

É óbvio que a Autarquia Bracarense contribuiu decisivamente para a sua exposição pública a estas alegadas denúncias ao não ter evidenciado o possível erro no contraditório que enviou à versão provisória do Relatório (quando “os serviços estavam de férias”), nem em momento imediatamente posterior, nem mesmo depois da recepção da versão final do Relatório de Auditoria, em Janeiro último.

Mesmo assim, cada dia que passa na ausência de uma confirmação ou rectificação clara dos dados que agora apresentou por parte do Tribunal de Contas – e já lá vai mais de uma semana – vai minando o rigor, a isenção e a credibilidade deste Tribunal. Até quando? – (*)
Economista, presidente da CPS de Braga do PSD



Carlos Gonçalves e o Serviço Público de Televisão voltado para a emigração



1. A RTPi tem desempenhado um papel essencial da difusão da imagem, língua e cultura portuguesa no Mundo, aproximando Portugal das suas Comunidades no estrangeiro e assumindo-se como um valioso instrumento ao serviço da nossa política externa;

2. O PSD contribuiu não apenas para a criação da RTPi mas também para o seu desenvolvimento, adequando a RTP I a sua programação a estes designios antes referidos;

3. Foram introduzidas pela RTP alterações na área da informação, nomeadamente com a emissão dos telegornais das regiões autónomas Açores e Madeira, que permitiram que este canal tivesse tido uma abordagem pluralista em termos políticos e ideológicos da temática das Comunidades Portuguesas, através da promoção de debates quinzenais com representantes das diversas forças políticas nacionais e a intervenção também dos telespectadores e de programas semanais de cobertura da Governação na área das Comunidades;

4. Essa situação é bem diferente daquela que se verifica na actualidade onde um deputado da oposição tem mais facilidade em ser entrevistado num canal público estrangeiro do que na televisão do seu próprio país, como pude pessoalmente confirmar no processo de reestruturação consular em curso tendo sido entrevistado três vezes pelo canal público francês sobre o assunto não o foi uma única vez pela RTPi;

5. Foram também criados pela RTP programas mais específicos, nomeadamente na área do entretenimento, como foi o caso do Portugal no Coração, com larga audiência entre os nossos emigrantes, que permitiam uma interacção muito gratificante dos portugueses residentes no estrangeiro com Portugal;

6. Actualmente a RTPi parece funcionar como uma prateleira tanto em termos de programas como dos próprios recursos humanos, não representando claramente os interesses

dos portugueses da Diáspora, ao mesmo tempo que não está a cumprir com as suas obrigações decorrentes do serviço público que deve prestar. – **Carlos Gonçalves, na AR**

Deslocações de Carlos Gonçalves

Área Consular de Nantes - 8 de Abril

- Encontro com Vice-Cônsul de Portugal de Nantes

- Encontro com o Deputado e Presidente da Câmara Municipal de Cholet

- Assistiu à Festa Tradicional Portuguesa organizada pela Associação Cultural Desportiva Portuguesa de Cholet

Encerramento do Consulado de Santos é agressão a uma comunidade das mais importantes e significativas

Após longas discussões e incansáveis apelos, chegou-nos a notícia da decisão governamental de encerramento definitivo do tradicional Consulado de Portugal em Santos. Custa-nos a crer a confirmação de tão desatinada ordem, principalmente depois de ouvirmos declarações O bastante animadoras de que tal ameaça às dezenas de milhares de portugueses não se concretizaria.

Só quem tem a vivência de conhecer essa laboriosa comunidade portuguesa que habita a Baixada Santista, deslumbrar-se com as suas realizações, entusiasma-se com o patriotismo dos nossos irmãos lá residentes e participar do convívio com os seus lídicos representantes e que pode avaliar a importância da manutenção de uma representação nessa importante cidade do Brasil, onde a presença portuguesa sente-se por toda a parte, seja nos monumentos, seja na arquitectura, seja no folclore e em todos os bairros e cidades vizinhas. As associações portuguesas e luso-brasileiras, lá sedeadas, desenvolvem um importante papel na vida quotidiana da região, seja sob o aspecto social, como cultural, recreativo, desportivo e assistencial. É uma região onde a nossa comunidade recebe a estima e o respeito, como em poucos lugares para os quais temos emigrado e onde se festejam com ardor as datas magnas da nacionalidade.

Deve-se ressaltar que foi em Santos, em 1958, que se fundou o Elismo e onde, ainda hoje, funciona a sede histórica do Elos Internacional, movimento de grande importância para a defesa e promoção do nosso idioma e de todos os valores lusitânicos.

Como Deputado da Assembleia da República, tive a honra de visitar em carácter representativo essa bela cidade e apreciar o lusitanismo dos nossos conterrâneos e seus descendentes. Verifiquei o carinho e o interesse demonstrados pelas autoridades brasileiras com os nossos festejos e a nossa cultura e festejei com eles mais um ano de fundação dessa bela cidade.

Choca-me verificar o abandono cultural e assistencial a que estará sujeita essa grande comunidade, concretizando-se o encerramento e lembrar que, pela primeira vez, a cidade de São Vicente, a mais antiga do Brasil, deixa de ter uma representação consular oficial portuguesa na região.

A alegação de que o Consulado Geral de Portugal em São Paulo fica a pouco mais de 60 quilómetros de distância é, de certa maneira, falsa, pois o intenso tráfego verificado entre a cidade de São Paulo e o litoral, por vezes torna-se demasiadamente longo pelo excesso de veículos e que chega a demorar mais de duas horas para conseguir percorrê-lo. Não seria mais lógico e justo, já que se pretende reduzir custos administrativos, de transformá-lo num Vice-Consulado, que poderia continuar a prestar um importante serviço a essa grande e activa comunidade?

Espero e faço votos de que haja uma reflexão mais aprimorada e que as autoridades com poderes para tal, modifiquem essa decisão sob pena de se cometer uma das maiores injustiças para com as nossas comunidades residentes no estrangeiro. - **Eduardo Neves Moreira**



ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Anadia, para reunir no próximo dia 4 de Maio de 2007 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação, discussão e votação das contas relativas ao ano de 2006;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos e dos Regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Lousada, para reunir em sessão plenária, no próximo dia 27 de Abril de 2007, sexta-feira, pelas 21h00, na sede da Secção, sita na Travessa de S. Sebastião – Lousada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e votação do relatório e contas do ano de 2006;
2. Análise da situação política.

NÚCLEO DE AGUAS SANTAS – PEDROUÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Núcleo, para reunir no próximo dia 18 de Maio de 2007, pelas 21h00, na sede do Núcleo, sita à Rua D. Afonso Henriques, 1129, estando as urnas abertas entre as 21h00 e as 23h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo.

As listas deverão ser entregues na sede até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE RIO TINTO (GONDOMAR)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio Tinto, Gondomar, para reunir no próximo dia 19 de Maio de 2007 (sábado), entre as 14h00 e as 18h00, na sede do Núcleo do PSD de Rio Tinto, sita na Av. Dr. Domingos Gonçalves Sá, loja 15 – 1º andar, de Rio Tinto, Gondomar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.~

Nota: A entrega das listas deverá

ser feita até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da eleição, na Sede Concelhia do PSD de Gondomar.

SOURE

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Soure do PSD, para uma Assembleia Eleitoral, para o dia 19 de Maio de 2007, sábado, pelas 17h30, na sede concelhia do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: A assembleia Eleitoral decorrerá das 17h30 até às 20h00, na sede Concelhia.

As listas de candidatos deverão ser entregues na sede até às 24h00 do dia 16 de Maio de 2007.



SECÇÃO B DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção B, para reunir no dia 22 de Maio de 2007, pelas 19h30 em Sede da Secção – Largo do Campo Pequeno, 16 – 3.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Secção;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário de Militantes.

Nota:

- As urnas estarão abertas pelo período de 2 horas;

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente, na Sede da secção – Largo do Campo Pequeno, n.º 16 – 3º, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente de Mesa
(Luís Cardoso)

NÚCLEO DE MACIEIRA DE RATES – BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para o Núcleo de Macieira de Rates da Secção da JSD de Barcelos, para o dia 18 de Maio de 2007, pelas 21 horas, na Avenida Central, n.º 558, na Freguesia de

Macieira de Rates – Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Macieira de Rates;
- 2 – Eleição da Mesa de Plenário do Núcleo de Macieira de Rates.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 22 horas.

O Presidente da Mesa
(João Miguel Sá)

BARREIRO

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário dos militantes para o dia 21 de Maio de 2007, pelas 20h30, na Sede Concelhia do PSD Barreiro, sita na Rua Miguel Pais, n.º 39, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção da JSD Barreiro.

As urnas estarão abertas entre as 21 horas e as 22 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Pedro Gomes)

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia de Cascais, para o dia 18 de Maio de 2007, pelas 17 horas, na Sede da Secção de Cascais da JSD, sita no Largo da Estação, n.º 4, 1.º andar, em Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço de Actividade;
- 2 – Apresentação de Candidaturas;
- 3 – Eleição da Mesa do Plenário da Secção de Cascais;
- 4 – Eleição da Comissão Política da Secção de Cascais.

Nota:

As urnas estarão abertas das 17h30 às 20 horas.

As listas Candidatas deverão ser entregues, em duplicado até às 24 horas do dia 15 de Maio de 2007, na Sede da Secção de Cascais, com morada supra citada.

O Presidente da Mesa do Plenário de Cascais

(Gonçalo Oliveira Lage)

CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais

regulamentos aplicáveis, venho por este meio convocar, Conselho Distrital da JSD/Porto, no dia 29 de Abril, Domingo, pelas 21.00, na Escola Dramática de Valbom, Gondomar, sita na Rua da Escola Dramática, 570, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Marcação de Calendário Eleitoral para as Eleições da Comissão Política Distrital da JSD/Porto

O Presidente da Conselho Distrital da JSD/Porto

(Daniel Fangueiro)

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Vagos, para reunir no dia 19 de Maio de 2007, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Análise do XIX Congresso Nacional da JSD;
- 3 – Outros assuntos de interesse relevante.

O Presidente da Mesa do Plenário

(Luís Frade)



XI Congresso Nacional dos TSD

Convocatória

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento do XI Congresso Nacional dos TSD, convocam-se todos os militantes dos TSD dos Distritos e Regiões Autónomas, abaixo indicados, para a realização das respectivas Assembleias Eleitorais, nos dias, com os horários e locais indicados, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição dos Delegados ao XI Congresso Nacional dos TSD

Nota: O número de delegados para a eleição respectiva agora indicado, tem por base o Rateio efectuado.

Eleição dos Delegados dos Distritos e Regiões Autónomas



Distrito Região Autónoma	Dia da Eleição	Nº deleg. a eleger	Horário funcionamentodas urnas	Localização das urnas
Açores	3 Maio	14	20H30 às 22H00	Sede do PSD/Ponta Delgada e Sede PSD/Angra do Heroísmo
Aveiro	4 Maio	22	18H00 às 20H00	Sede Distrital do PSD/Aveiro
Beja	3 Maio	10	18H00 às 20H00	Sede Distrital do PSD/Beja
Braga	4 Maio	19	18H00 às 20H00	Sede Distrital do PSD/Braga
Bragança	4 Maio	8	20H30 às 22H00	Sede Distrital do PSD/Bragança
Castelo Branco	3 Maio	8	18H00 às 20H00	Sede Distrital do PSD/Castelo Branco
Coimbra	3 Maio	19	20H00 às 22H00	Sede Distrital de CoimbraSede Concelhia da Figueira da Foz
Faro	4 Maio	14	21H00 às 23H00	Sede Distrital do PSD/Faro e Sede Concelhia de PSD/Olhão
Guarda	4 Maio	10	18H30 às 20H00	Sede Distrital do PSD/Guarda
Leiria	4 Maio	11	17H00 às 20H00	Sede Distrital do PSD/Leiria
Lisboa/AML	3 Maio	94	18H00 às 20H00	Sede Distrital PSD/AML
Lisboa/AO	4 Maio	7	21H00 às 23H00	Sede Distrital do PSD/Torres Vedras
Portalegre	4 Maio	7	18H00 às 20H00	Sede Distrital do PSD/Portalegre
Porto	4 Maio	70	17H00 às 20H00	Sede Distrital do PSD/Porto
Santarém	4 Maio	10	18H00 às 20H00	Sede Distrital do PSD/Santarém
Setúbal	3 Maio	26	18H00 às 21H00	Sede Distrital do PSD/Setúbal
Viana Castelo	3 Maio	7	20H00 às 22H00	Sede Distrital do PSD/Viana Castelo
Vila Real	4 Maio	12	21H00 às 23H00	Sede Distrital do PSD/Vila Real
Viseu	4 Maio	11	20H00 às 22H00	Sede Distrital do PSD/Viseu

Nota — Nos termos estatutários e regulamentares as candidaturas terão de observar as disposições seguintes:

- Serem apresentadas por listas completas, contendo o número de efectivos previsto, pelo menos um terço de suplentes;
- Serem propostas por um mínimo de 20 militantes ou 5% do órgão competente para a eleição;
- Serem acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou colectivamente;
- Nenhum militante pode integrar mais do que uma candidatura;
- Só poderão ser eleitos os militantes que há data das eleições, estejam inscritos, há pelo menos, 1 ano;
- As listas deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital/Regional, na sede do órgão respectivo até 5 dias úteis anteriores à data da eleição;
- Para efeitos do ponto anterior, a respectiva sede deverá encontrar-se aberta até às 22 horas do dia em que expirar o prazo para a apresentação de candidaturas;